

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA – FACE

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LOANA SILVA BATISTA

**REFLEXOS DAS LEIS N.º11.638/07 E 11.941/09 FACE AO PASSIVO E
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS EMPRESAS DO SETOR DE IMÓVEIS.**

DOURADOS/MS

DEZEMBRO/2011

LOANA SILVA BATISTA

**REFLEXOS DAS LEIS N.º11.638/07 E 11.941/09 FACE AO PASSIVO E
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS EMPRESAS DO SETOR DE IMÓVEIS.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal da Grande Dourados-
UFGD, como requisito parcial para a obtenção
do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Letícia de Oliveira

Dourados/MS
Dezembro/2011

Dourados/MS, .. dede 2011.

Considerando que o Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Loana Silva Batista encontra-se em condições de ser avaliado, recomendo sua apresentação oral e escrita para avaliação da Banca Examinadora, a ser constituída pela coordenação do Curso de Ciências Contábeis.

Letícia de Oliveira
Professora Orientadora

LOANA SILVA BATISTA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

REFLEXOS DAS LEIS N.º11.638/07 E 11.941/09 FACE AO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS EMPRESAS DO SETOR DE IMÓVEIS.

Orientadora: Prof^ª. Letícia de Oliveira
UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados

Examinadora: Prof^ª. Maria Aparecida F. de Souza Nogueira
UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados

Examinador: Prof. Carlos Eduardo Caldarelli
UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a minha família, esposo e filhos, que estiveram sempre ao meu lado me apoiando e me motivando para que eu jamais desistisse.

AGRADECIMENTO

Quero agradecer primeiramente a Jesus Cristo, amigo sempre presente, que me capacita e me dá fé para que eu jamais desista em minha caminhada.

Agradeço aos meus pais que sempre incentivaram meus sonhos, agradeço ao meu esposo que sempre me apoiou, meus filhos que foram a minha inspiração para prosseguir.

À minha orientadora, Professora Letícia Oliveira pela ajuda e paciência.

Meus agradecimentos ao CNPQ, pelos recursos que foram imprescindíveis para realização deste trabalho acadêmico.

E também, a todos que não acreditaram em meu potencial eu ofereço a minha vitória.

RESUMO

Com a alteração da Lei 6.404/76 promovida pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, são inseridas no Brasil as Normas Internacionais de Contabilidade, onde as demonstrações contábeis passam a dar ênfase aos aspectos econômicos que afetam o patrimônio das entidades. Em função das mudanças introduzidas na contabilidade, esta monografia tem como problema de pesquisa as alterações de reconhecimento de passivos e PL que influenciaram a estrutura de capital das empresas do setor de imóveis que atuam no Novo Mercado após a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. O presente estudo tem como objetivo Identificar as mudanças ocasionadas pelas Leis de nº. 11.638/2007 e 11.941/2009, que aproximaram o Brasil da convergência das normas brasileiras para as normas internacionais de contabilidade, na estrutura de capital das empresas do Novo Mercado. Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica que também é classificada como exploratória e descritiva, foi feita uma análise documental dos demonstrativos contábeis das empresas estudadas que atuam no ramo de exploração de imóveis. Quanto aos resultados, a utilização das IFRS se tornou obrigatória a partir de 2010, portanto este estudo foi feito tendo apenas um ano como base para essas alterações, o que no meu ponto de vista não foi suficiente para apresentar mudanças relevantes e significativas dentro da estrutura de capital das empresas, e também essas alterações podem variar muito de empresa para empresa.

Palavras-chave: Estrutura de Capital. Demonstrações Contábeis. Convergência. Normas Internacionais de Contabilidade.

ABSTRACT

With the alteration of the Law 6.404/76 when 11.638/07 and 11.941/09 was promoted by the Laws, the International Standards of Accountancy are inserted in Brazil, where the accounting demonstrations start to give emphasis to the economical aspects that affect the inheritance of the entities. In function of the changes introduced in the accountancy, this monograph it takes as a problem of inquiry the alterations of recognition of liabilities and PL that influenced the structure of capital of the enterprises of the sector of real estate that act in the New Market after the convergence of the Brazilian Standards of Accountancy to the Normal International ones of Accountancy. The present study has in spite of the fact that objective Identifies the changes caused by the Laws of nº. 11.638/2007 and 11.941/2009, what brought near Brazil of the convergence of the Brazilian standards for the international standards of accountancy, in the structure of capital of the enterprises of the New Market. This work presents a bibliographical inquiry that also is classified how exploratory and descriptive there was done a documentary analysis of the demonstrative accounting ones of the studied enterprises that act in the branch of exploration of real estate. As for the results, the use of the IFRS became compulsory from 2010, so this study it was done I tend towards only one year as base these alterations, which in my point of view was not sufficient to present relevant and significant changes inside the structure of capital of the enterprises, and also these alterations can vary a great deal of enterprise for enterprise.

Keywords: Structure of Capital. Accounting demonstrations. Convergence. International standards of Accountancy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS DA EMPRESA ALIANS CE.....	36
FIGURA 2: ÍNDICE DE COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO DA EMPRESA ALIANS CE	36
FIGURA 3 ANÁLISE VERTICAL DA CONTA PASSIVO CIRCULANTE DA EMPRESA	37
FIGURA 4 ANÁLISE VERTICAL DA CONTA PASSIVO NÃO CIRCULANTE DA EMPRESA ALIANS CE ..	37
FIGURA 5 - ANÁLISE VERTICAL DA CONTA PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA EMPRESA ALIANS CE.....	38
FIGURA 6 - ANÁLISE HORIZONTAL DA CONTA PASSIVO CIRCULANTE DA EMPRESA ALIANS CE....	38
FIGURA 7 - ANÁLISE HORIZONTAL DA CONTA PASSIVO NÃO CIRCULANTE DA EMPRESA ALIANS CE	39
FIGURA 8 - ANÁLISE HORIZONTAL DA CONTA PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA EMPRESA ALIANS CE ...	39
FIGURA 9 - ANÁLISE ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS DA EMPRESA BR MALLS.....	41
FIGURA 10 - ANÁLISE DE COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO DA EMPRESA BR MALLS PAR.....	41
FIGURA 11 - ANÁLISE VERTICAL DA CONTA PASSIVO CIRCULANTE DA EMPRESA BR MALLS PAR	42
FIGURA 12 - ANÁLISE VERTICAL DA CONTA PASSIVO NÃO CIRCULANTE DA EMPRESA BR MALLS PAR.....	42
FIGURA 13 - ANÁLISE VERTICAL DA CONTA PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA EMPRESA BR MALLS PAR	43
FIGURA 14 - ANÁLISE HORIZONTAL DA CONTA PASSIVO CIRCULANTE DA EMPRESA BR MALLS PAR.....	43
FIGURA 15 - ANÁLISE HORIZONTAL DA CONTA PASSIVO NÃO CIRCULANTE DA EMPRESA BR MALLS PAR	44
FIGURA 16 - ANÁLISE HORIZONTAL DA CONTA PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA EMPRESA BR MALLS PAR.....	44
FIGURA 17 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS DA EMPRESA BR PROPERTIES	46
FIGURA 18 - ÍNDICE DE COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO DA EMPRESA BR PROPERTIES	46
FIGURA 19 - ANÁLISE VERTICAL DA CONTA PASSIVO CIRCULANTE DA EMPRESA BR PROPERTIES	47
FIGURA 20 - ANÁLISE VERTICAL DA CONTA PASSIVO NÃO CIRCULANTE DA EMPRESA BR PROPERTIES.....	47
FIGURA 21 - ANÁLISE VERTICAL CONTA PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA EMPRESA BR PROPERTIES ..	48

FIGURA 22 - ANÁLISE HORIZONTAL DA CONTA PASSIVO CIRCULANTE DA EMPRESA BR	
PROPERTIES.....	48
FIGURA 23 - ANÁLISE HORIZONTAL DA CONTA PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA EMPRESA BR	
PROPERTIES.....	49
FIGURA 24 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS DA EMPRESA BRASILAGRO .	51
FIGURA 25 - ÍNDICE DE COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO DA EMPRESA BRASILAGRO	51
FIGURA 26 – ANÁLISE VERTICAL DA CONTA PASSIVO CIRCULANTE DA EMPRESA BRASILAGRO .	52
FIGURA 27 - ANÁLISE VERTICAL FIGURA DA CONTA PASSIVO NÃO CIRCULANTE DA EMPRESA	
BRASILAGRO	52
FIGURA 28 - ANÁLISE VERTICAL DA CONTA PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA EMPRESA BRASILAGRO ..	53
FIGURA 29 - ANÁLISE HORIZONTAL DA CONTA PASSIVO CIRCULANTE DA EMPRESA BRASILAGRO	
.....	53
FIGURA 30 - ANÁLISE HORIZONTAL DA CONTA PASSIVO NÃO CIRCULANTE DA EMPRESA	
BRASILAGRO	54
FIGURA 31 - ANÁLISE HORIZONTAL DA CONTA PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA EMPRESA BRASILAGRO	
.....	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS	13
1.1.1 OBJETIVO GERAL	13
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 A CONTABILIDADE COMO CIÊNCIA SOCIAL	14
2.2 NORMAS DE CONTABILIDADE	15
2.2.1 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE	15
2.2.1.1 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA LEI N. 6.404/76 COM A PROMULGAÇÃO DA LEI N. 11.638/07 E LEI N. 11.941/09	15
2.2.2 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	22
2.2.2.1 AS ADAPTAÇÕES DAS IFRS NO BRASIL	24
2.2.3 CONVERGÊNCIA CONTÁBIL – HARMONIZAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO DAS NORMAS	25
2.2.3.1 BREVE CONCEITO DE HARMONIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO	25
2.3 ESTRUTURA DE CAPITAL	28
2.3.1 ÍNDICE DE ESTRUTURA DE CAPITAL	28
2.3.2 TEORIA TRADICIONAL	29
2.3.3 TEORIA CONVENCIONAL	30
2.4 RELAÇÃO DA ESTRUTURA DE CAPITAL E AS NORMAS CONTÁBEIS	31
2.4.1 ALTERAÇÕES NO BP – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ESTRUTURA DE CAPITAL)	31
3 METODOLOGIA	33
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	33
4.1 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS E COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO	35
4.2 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43
5 CONCLUSÃO	64
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

1 INTRODUÇÃO

A ciência contábil tem sido cada vez mais aceita como uma linguagem universal de negócios. Sua capacidade de explicar, de forma homogênea, os fenômenos econômicos que envolvem essas relações tem se destacado cada vez mais.

Como resultado da crescente globalização da economia e das relações internacionais nas últimas décadas, a cada ano que passa, grandes empresas têm se constituído em outros países através da aquisição de empresas locais, abertura de subsidiárias ou coligadas, fusões, incorporações e até o surgimento de novos negócios envolvendo o capital estrangeiro, para Santos, Fernandes e Schmidt (2007) esse fato decorre-se de que as organizações que detêm recursos em todo o mundo procuram obter estes, onde sejam menos onerosos e investem nos países que lhes oferecem melhores oportunidades. Por sua vez, as companhias locais têm tido acesso ao mercado financeiro internacional através da tomada de empréstimos externos ou do lançamento de títulos nas principais bolsas de valores do mundo. Beuren e Brandão (2001) entendem que essa atual situação econômica estimula a competitividade das organizações em nível global, fazendo com que países que possuem interesses comuns celebrem acordos comerciais que venham a favorecer ambas as partes.

Para qualquer um que queira negociar em fronteiras nacionais e internacionais é de suma importância entender as dimensões internacionais da contabilidade, onde as informações contábeis podem variar sinteticamente de um país para outro, conforme os princípios de contabilidade que os governam. Diferenças em culturas, práticas empresariais, sistemas políticos, inflação, tributação e os riscos empresariais, entre outros, todos esses fatores devem ser considerados no processo decisório de onde e como negociar e investir.

Outrossim, os usuários externos correspondem, principalmente, a investidores e financiadores, presentes e futuros, que buscam nas demonstrações contábeis informações sobre a condição financeira das empresas. Para Carvalho (2005), estas demonstrações contábeis devem seguir um padrão que exponha a sua capacidade de gerar recursos, assim como a possibilidade de expor a capacidade de empreenderem no papel de agentes de desenvolvimento econômico, ou seja, meio de comunicação e exposição de boas empresas aos mercados investidores.

Nesta senda, com o advento das alterações na Lei nº 6.404/1976 promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, foram introduzidas no Brasil as Normas Internacionais

de Contabilidade, sendo que o foco, antes vislumbrado tão somente nos aspectos legais e de forma, deixou de acontecer, pois as demonstrações contábeis passaram a dar ênfase aos aspectos econômicos que afetam o patrimônio das entidades. Segundo Carvalho (2005, p. 12), o grande desafio para as normas contábeis internacionais consiste no “exercício de repensar como as organizações são administradas e como os balanços passam a ser entendidos como promessas de fluxos de caixa”.

Assim, a administração e a geração de fluxos de caixa é quem define a continuidade de uma empresa. Para fazer inferências sobre a continuidade de uma empresa faz-se necessária a observação das fontes de recursos que financiam seus projetos. Na Contabilidade, estas fontes de recursos são classificadas em capital próprio e capital de terceiros, onde é possível a análise da composição que cada uma dessas partes está financiando as aplicações da empresa, ou seja, seus projetos.

Diante dessa nova realidade, a Contabilidade se depara com a necessidade de superar as barreiras de linguagem, moeda e, principalmente, das diferenças existentes entre as práticas contábeis adotadas em cada país, de modo a possibilitar a compreensão e interpretação das demonstrações contábeis por acionistas estrangeiros e investidores, assim como a comparação de informações entre companhias de um mesmo grupo ou de grupos distintos. O surgimento de normas internacionais de contabilidade harmonizadas beneficia o entendimento das demonstrações contábeis e dos resultados alcançados por essas companhias, independente do país.

Pelas alterações que a legislação promoveu, as demonstrações contábeis devem conter informações sobre a condição financeira da empresa e também a representação da geração de fluxos de caixa, que definirão a continuidade da mesma, continuidade esta sujeita aos projetos realizados, financiados pelas fontes denominadas capital próprio e capital de terceiros, que representam a estrutura de capital, onde é possível analisar a composição que cada uma dessas partes está financiando.

Portanto, diante das recentes alterações legislativas, esta pesquisa apresenta relevância, cujo estudo visa contribuir para a ampliação do conhecimento da estrutura de capital, além de se propor a averiguar empiricamente quais os fatores que evidenciaram ser determinantes da estrutura de capital, no que tange ao endividamento, a curto e longo prazo.

Tem ainda como problema de pesquisa: Quais as alterações de reconhecimento de passivos e PL que influenciaram a estrutura de capital das empresas do Novo Mercado após a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar as mudanças ocasionadas pelas Leis de nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009, que aproximaram o Brasil da convergência das normas brasileiras para as normas internacionais de contabilidade, na estrutura de capital das empresas do setor de exploração de imóveis atuantes do Novo Mercado, listadas na BMF/Bovespa.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as alterações ocorridas nas demonstrações contábeis das empresas.
- Analisar as demonstrações contábeis, observando as alterações nas contas do Passivo e do Patrimônio Líquido.
- Analisar o impacto das alterações das normas contábeis em relação a estrutura de capital das empresas.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Contabilidade como Ciência Social

As transformações ocorridas desde os primórdios da história da contabilidade foram promovidas pelo crescimento econômico, administrativo e social da humanidade, isto porque a evolução do homem na sociedade estava ligada diretamente ao seu patrimônio e ao controle do mesmo.

No conceito de Marion (2002, p. 128), “a contabilidade é uma ciência social, pois estuda o comportamento das riquezas que se integram no patrimônio, em face das ações humanas”, portanto, a contabilidade ocupa-se de fatos humanos.

Para Franco (1996), a contabilidade é uma ciência que tem como objetivo de estudo o patrimônio e tem como função controlar os fatos que ocorrem nele, através de demonstrações e análises desses fatos, para assim fornecer informações sobre suas composições e variações.

Sá (2002) entende que a contabilidade age a propósito do patrimônio das células sociais¹, as quais estão inseridas no todo social, assim concluiu-se que ela seja uma ciência social.

O fato de a contabilidade estudar a ação do homem sobre o patrimônio a caracteriza como uma ciência social. “A contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial [...]” (IUDÍCIBUS; MARION, 2008, p. 35).

A ciência contábil segundo Iudícibus (2000, p.30), “[...] é tão antiga quanto a origem do ‘*Homo sapiens*’ ”. Contudo, é notório que a contabilidade, desde os primórdios de sua criação, tem como função principal contribuir para o controle das riquezas. Com tantas evoluções que ocorreram no mundo, não deixou de ocorrer o mesmo com a contabilidade, pois ela evoluiu e, atualmente, possui diversas especializações com finalidades distintas, embora todas contribuam para o controle patrimonial das pessoas físicas e jurídicas.

¹ Célula social (SÁ, 2002, p. 143) ou azienda é um agregado de pessoas e de coisas impessoais, com atividade permanente ou duradoura e que visa suprir objetivos traçados pelo homem, sendo parcela da sociedade.

Ela ainda é influenciada por diversos fatores culturais, históricos, políticos e econômicos do ambiente no qual está inserida, o que justifica os vários critérios e práticas contábeis aplicáveis às características de cada país. Para Martins e Lisboa (2005, p. 01), “A contabilidade é uma ciência social aplicada que recebe as influências da cultura geral do país onde está inserida”.

Segundo Almeida (2006, p. 2) a contabilidade torna-se essencial por ser um instrumento que visa identificar, mensurar e divulgar os eventos econômicos ocorridos, auxiliando na predição de fluxos de caixa futuros. No entendimento de Marion (2009), a ciência contábil é um instrumento auxiliador na tomada de decisões, pois ela coleta todos os dados econômicos e mensura-os monetariamente e transforma esses dados em relatórios que contribuem na tomadas de decisões.

2.2 NORMAS DE CONTABILIDADE

2.2.1 Normas Brasileiras de Contabilidade

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.328 de 18 de março de 2011, ao considerar a necessidade da convergência das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais, entre outras considerações, determina que as normas brasileiras de contabilidade devem seguir os mesmos padrões de elaboração das IFRS².

Pelo artigo 1.º do citado ato normativo, tem-se que

As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas, os Comunicados Técnicos e o Código de Ética Profissional do Contabilista.(CFC³)

2.2.1.1 Principais alterações ocorridas na Lei n. 6.404/76 com a promulgação da Lei n. 11.638/07 e Lei n. 11.941/09

² *International Financial Reporting Standards.*

³ www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1328.doc

A Lei n. 6.404/76 surgiu para dar maior transparência de procedimentos administrativos nas empresas de capital acionário, denominada por Lei das Sociedades Anônimas. Assim, com o passar dos anos, em meio a tantas inovações no tocante a processos financeiros, formas de apuração de resultado, relações contabilistas entre outros países e obtenção de informações socioeconômicas empresariais, surgiu a necessidade do legislador adaptar a Lei acima citada visando adequar as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Nesse sentido, foram editadas as Leis n. 11.638/2007 e 11.941/2009, as quais promoveram mudanças substanciais à área Contábil, à medida que, em sua maioria, aproximam e equiparam parte das práticas contábeis brasileiras às práticas contábeis internacionais. Contudo, as mudanças causadas por estas legislações requerem dos profissionais, adequação e modernização às novas técnicas contábeis.

É interessante compreender ainda que, via de regra, a lei n. 6.404/76 é a norma máxima no que se refere à atuação das empresas de capital aberto no Brasil, porém, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem autoridade para normatizar assuntos ligados a evidenciação das empresas de capital aberto.

Quanto às alterações legislativas, o Art. 1º da Lei nº 11.638/07, exclui as Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR das demonstrações contábeis, ela foi substituída pela Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC, onde foi alterado o art. 176, inciso IV da Lei 6.404/76, passando a ser exigida ao fim de cada exercício social a elaboração da DFC. Além de substituir a DOAR, a DFC demonstra de forma mais aprimorada os embolsos e desembolsos ocorridos na empresa.

O artigo 176 combinado com o art. 1º da Lei 11.638/07, torna obrigatória as seguintes demonstrações:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Resultados;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado;
- Notas Explicativas.

Outra significativa alteração trazida pelo artigo 1º da lei supracitada é a exigência ao fim de cada exercício social, da elaboração da DVA (Demonstração do Valor Adicionado) para as companhias abertas. Neste ponto, não há aproximação da legislação brasileira às

normas internacionais, pois na IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Financeiras), a DVA não está incluída como parte das demonstrações.

O artigo 188 da Lei 6.404/76 foi alterado pelo artigo 1º da Lei 11.638/07, antes da alteração o mesmo tratava das demonstrações das origens e aplicações de recursos, com as alterações, este artigo passa a tratar das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

- a) das operações;
- b) dos financiamentos; e
- c) dos investimentos;

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Outro fato na legislação atual é que as companhias fechadas com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2 milhões, não serão obrigadas a publicar a DFC, é o que se extrai da íntegra do inciso VI do artigo 1º: “A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa. (NR).”

Já estava definido pela norma internacional, mais precisamente pela IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Financeiras) que o fluxo de caixa era uma exigência, sendo assim, a legislação brasileira incorporou tal obrigatoriedade ao sistema contábil brasileiro.

Para as Empresas de Grande Porte, a Lei n. 11.638/07 trouxe em seu Art. 3º a seguinte orientação e aplicação:

Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Com a legitimidade em 2005 das IFRS, as empresas de médio e grande porte passaram a ser obrigadas a adotar os padrões internacionais de contabilidade para a correta elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras.

Ainda no tocante as mudanças, o ativo foi alterado pela Lei nº 11.638/07 e, logo em seguida, foram editadas outras alterações trazidas pela Lei nº 11.941/09, onde passou a ser dividido da seguinte forma: Ativo Circulante e Ativo não Circulante. Este último é composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível, conforme o que se extrai da alteração legislativa.

As alterações ocasionadas pela Lei nº 11.941/09, ainda se deu no § 2º do artigo 178 da Lei nº 6.404/76, onde as contas do passivo ficaram divididas da seguinte forma: passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

O artigo 1º da Lei nº 11.638/07 também modificou a inciso IV do artigo 179 da Lei 6.404/76, redefinindo a classificação da conta do ativo imobilizado. Antes da alteração eram classificados os direitos que tivessem por objeto os bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial. Assim, com a nova redação tem-se que:

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

Neste aspecto a Lei 6.404/76 ficou em concordância com as normas internacionais de contabilidade, pois a IAS 17 (arrendamentos) prevê a classificação dos ativos que transferem riscos, benefícios e controle à empresa, como ativo imobilizado.

Outrossim, o artigo 179 da Lei acima referida foi alterado, recebendo mais um inciso, a saber: “VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”.

A Lei 11.638/07 e também a Lei 11.941/09 alteraram os incisos I, VII e VIII do artigo 183 da Lei 6.404/76, cujo objetivo foi trazer novas considerações aos critérios de avaliação do ativo. Observe:

Art. 183. [...]

I - as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:

a) pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e

b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito;

[..]

VII – os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;

VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Diante disto, conforme as normas internacionais, a IAS 32 já estabelecia este tratamento e classificação aos instrumentos financeiros. Com isto, percebe-se a grande similaridade entre a Lei 6.404 com as normas internacionais.

O § 3º do artigo 183 também sofreu alterações legislativas. Anteriormente abordava a amortização do diferido, agora

A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Ainda o artigo 184 que trata dos critérios de avaliação do passivo, passou pela reforma legislativa, sendo que o inciso III agora diz que “as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante”.

A Lei 11.941/09 alterou o parágrafo 3º do artigo 226, trazendo a seguinte redação: “a Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá normas especiais de avaliação e contabilização aplicáveis às operações de fusão, incorporação e cisão que envolvam companhia aberta”.

Para as normas internacionais, as fusões, incorporações e cisões são abordadas especificamente pela IFRS 3⁴, por isso a atual legislação contábil brasileira está em concordância com o conceito das normas internacionais.

⁴ IFRS 3 Business Combinations. Trata das combinações de empresas, sendo a junção de entidades ou atividades empresariais separadas em uma entidade obrigada a reportar informações financeiras.

O artigo 248, nesta mesma perspectiva de reforma, também sofreu alteração. Na sua origem, o balanço patrimonial da companhia, os investimentos relevantes em sociedades coligadas, sobre cuja administração tivesse influência ou de que participasse com vinte por cento ou mais do capital social, e em sociedades controladas, deveriam ser avaliados pela equivalência patrimonial, agora, com a nova redação, o referido artigo diz que, “No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial [...]”

O artigo 2º da Lei n. 11.638 incluiu à Lei n. 6.404/76 o artigo 195-A, definindo que:

A assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).

Neste ponto há divergências entre a nova Lei e as normas internacionais, pois a IAS 20 (subvenções governamentais) faz menção ao tratamento contábil das doações ou subvenções governamentais e não há abordagem específica para o cálculo de dividendos.

A Lei nº 11.638/07 determinou que a reserva de capital de prêmio de emissão de debêntures seja eliminada do grupo do patrimônio líquido. O entendimento da CVM é o de que este prêmio constitui uma receita não realizada e o respectivo efeito contábil deve se materializar ao longo do período de duração do título.

Neste assunto, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, eram classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- a) Reserva de Correção Monetária do Capital Realizado;
- b) Reserva de Ágio na Emissão de Ações;
- c) Reserva de Alienação de Partes Beneficiárias;
- d) Reserva de Alienação de Bônus de Subscrição;
- e) Reserva de Prêmio na Emissão de Debêntures;
- f) Reserva de Doações e Subvenções para Investimento;
- g) Reserva de Incentivo Fiscal.

Com a alteração da nova Lei deixaram de fazer parte a Reserva de Prêmio na Emissão de Debêntures e a Reserva de Doações e Subvenções para Investimento. Para as normas internacionais não há conceito de Prêmio na Emissão de Debêntures.

A Lei nº 11.638/2007 ainda altera o artigo 199 da Lei, dando a ele nova redação não muito diferente da anterior, apenas acrescenta à redação a excessão para os incentivos fiscais.

Art. 199. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Com a alteração, se incluiu inovação relacionada à escrituração contábil, onde agora, no artigo 177, tem-se que

§ 2º A companhia observará exclusivamente em livros ou registros auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam, conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem registros, lançamentos ou ajustes ou a elaboração de outras demonstrações financeiras.

As normas internacionais não presumem a necessidade de instituir duas escriturações para atendimento do regime fiscal.

O inciso VI do artigo 187 da Lei 6.404/197676 que trata da demonstração do resultado do exercício foi alterado pela Lei 11.941/2009, onde

VI – as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
[...].

A Lei n. 11.638/2007 através de seu artigo 4º ampliou os poderes da CVM para além do que já era deliberado na Lei 10.303/2001, no que tange a criação de diferentes regras para as companhias abertas e demais emissores e também quanto ao tipo e periodicidade das informações que devem ser apresentadas ao mercado financeiro:

Art. 4 As normas de que tratam os incisos I, II e IV do § 1º do art. 22 da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, poderão ser especificadas por categorias de companhias abertas e demais emissores de valores mobiliários em função do seu porte e das

espécies e classes dos valores mobiliários por eles emitidos e negociados no mercado.

A Lei n. 11.638/2007 em seu artigo 5º determina que a Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, passe a vigorar acrescida do art. 10-A, pelo qual é autorizada a celebração de convênios e a cooperação entre os órgãos reguladores e órgãos técnicos, para futura elaboração de normas em conformidade com o padrão internacional:

Art. 10-A. A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas.

De maneira geral, nota-se que após a promulgação das Leis n. 11.638/2007 e n. 11.941/2009, houve uma grande aproximação das normas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade, o que vem proporcionando melhoria na elaboração das demonstrações contábeis e nos conceitos contábeis brasileiros.

2.2.2 Normas Internacionais de Contabilidade

As demonstrações financeiras em IFRS têm como objetivo fornecer aos usuários das demonstrações e informações sobre a posição financeira da entidade, o desempenho financeiro e o fluxo de caixa. Ela serve como base para seus usuários, sejam eles internos ou externos.

Abaixo, encontra-se a Tabela 1 que apresenta uma lista das normas internacionais de contabilidade, que pode servir de comparativo para as normas brasileiras de contabilidade.

Tabela 1⁵ - Normas para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

<i>N.º</i>	<i>Normas</i>
<i>IFRS 1</i>	Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.
<i>IFRS 2</i>	Pagamentos baseado em ações.
<i>IFRS 3</i>	Combinações de Negócios.
<i>IFRS 4</i>	Contratos de Seguro.
<i>IFRS 5</i>	Ativo Não-Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas.
<i>IFRS 6</i>	Exploração e Avaliação de Bens Minerais.
<i>IFRS 7</i>	Instrumentos Financeiros: Divulgações.
<i>IFRS 8</i>	Segmentos Operacionais.
<i>IFRS 9</i>	Instrumentos Financeiros.
<i>IFRS 10</i>	Demonstrações Financeiras Consolidadas
<i>IFRS 11</i>	Acordos Conjuntos
<i>IFRS 12</i>	Divulgação de Interesses em Outras Entidades
<i>IFRS 13</i>	Mensuração do Valor Justo
<i>IAS 1</i>	Apresentação das Demonstrações Financeiras
<i>IAS 2</i>	Inventários
<i>IAS 7</i>	Demonstração dos Fluxos de Caixa
<i>IAS 8</i>	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros.
<i>IAS 10</i>	Eventos subsequentes à data do balanço patrimonial
<i>IAS 11</i>	Contratos de construção
<i>IAS 12</i>	Imposto de renda
<i>IAS 14</i>	Relato por Segmento
<i>IAS 16</i>	Bens Móveis e Equipamentos
<i>IAS 17</i>	Arrendamentos
<i>IAS 18</i>	Receita
<i>IAS 19</i>	Benefícios dos Empregados
<i>IAS 20</i>	Contabilização dos Subsídios Governamentais e Divulgação de Assistência Governamental/ Subvenções Governamentais
<i>IAS 21</i>	Os Efeitos das Alterações nas taxas de câmbio
<i>IAS 23</i>	Custos de Empréstimos
<i>IAS 24</i>	Divulgações de Partes Relacionadas
<i>IAS 26</i>	Contabilização e Relato dos planos de Benefício de Aposentadoria
<i>IAS 27</i>	Demonstrações financeiras consolidadas e separadas - Substituída pela IFRS 10, 12 a partir de 2013
<i>IAS 28</i>	Investimentos em Associadas
<i>IAS 29</i>	Demonstrações Financeiras em Economias Hiperinflacionárias
<i>IAS 31</i>	Interesses em Joint Ventures - Substituída pela IFRS 11 e IFRS 12 a partir de 2013
<i>IAS 33</i>	Lucro por Ação
<i>IAS 34</i>	Demonstração Intermediária
<i>IAS 36</i>	Imparidade de ativos
<i>IAS 37</i>	Provisões, Passivos e Ativos Contingentes
<i>IAS 38</i>	Ativos Intangíveis
<i>IAS 39</i>	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Substituída pela IFRS 9 a partir de 2013
<i>IAS 40</i>	Propriedades de Investimento
<i>IAS 41</i>	Agricultura

A maioria dos compêndios da Ciência Contábil conceitua às Normas Internacionais de Contabilidade critérios objetivos de conceituações e procedimentos referentes à tecnologia contábil no tocante aos registros, demonstrações e informações, oriundos de entidades de representatividade internacional, cuja finalidade consiste na uniformidade de procedimentos gerais.

⁵ <http://www.iasplus.com/standard/standard.htm> > (Traduzido do inglês para o português)

O poder legislativo brasileiro, recentemente, ao promover alterações na Lei n. 6.404/1976, no sentido de padronizar as normas contábeis com as normas internacionais, o fez positivamente, no sentido de não ficarem condicionado às influências de outros países, quando das relações internacionais, pois, caso esteja diante desta situação, as normas internacionais terão valor acentuado face as normas internas de determinada nação.

2.2.2.1 As Adaptações das IFRS no Brasil

Como já fora discutido, o Brasil evoluiu no sentido da convergência de suas normas contábeis em relação às normas contábeis internacionais. Com o advento das alterações trazidas pela Lei nº. 11.638/2007, as normas IFRS estão sendo adaptadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)⁶ e incluídas nas práticas contábeis brasileiras pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Instrução CVM nº 457, em seu Art. 1º⁷ determina que as companhias abertas brasileiras a partir de 2010 estão obrigadas a adotar em suas demonstrações financeiras os padrões internacionais, conforme os pronunciamentos emitidos pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

No que se refere ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n. 1.055 de 07/10/2005, ao criá-lo, considerou em seu preâmbulo a crescente importância da internacionalização das normas contábeis que tem levado inúmeros países a caminhar para um processo de convergência que tenha como consequência:

- a redução de riscos nos investimentos internacionais, bem como os créditos de natureza comercial, derivada de um melhor entendimento das demonstrações contábeis elaboradas pelos diversos países por parte dos investidores, financiadores e fornecedores de crédito;
- a maior facilidade de comunicação internacional no mundo dos negócios com o uso de uma linguagem contábil bem mais homogênea;
- a redução do custo do capital que deriva da harmonização, o que no caso é de interesse, particularmente, vital para o Brasil.

⁶ O sítio adiante citado informa todos os pronunciamentos técnicos contábeis:
<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>

⁷ Art. 1º As companhias abertas deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Assim, entre outras justificativas, percebe-se a grande importância deste Comitê no que tange as normas internacionais.

2.2.3 Convergência Contábil – Harmonização ou Padronização das Normas

A convergência contábil é uma necessidade apontada por diversos estudiosos, entre eles, merece destaque o trabalho do pesquisador Paulo Moreira da Rosa. Este autor diz que

O atual cenário mundial aponta para uma crescente internacionalização da economia, que se manifesta pelo surgimento de blocos econômicos continentais e/ou regionais, exigindo uma economia aberta e a prática de livre comércio entre os países que formam esses blocos. Somam-se esforços para ampliação das relações socioculturais entre esses países, demonstrando que nos dias atuais se procura, por meio de integração, o desenvolvimento socioeconômico, com o intuito de proteger-se e/ou fortalecer-se, para enfrentar a competitividade em nível global. (1999, p. 19).

Considerando a tendência de globalização econômica, muitos contabilistas entendem que seria de grande vantagem se os empresários, investidores, acionistas e analistas dispusessem de uma linguagem contábil padrão, pois desta forma haveria harmonização na comunicação.

No que toca a harmonização, o Art. 3º da Resolução do CFC nº. 1.055/2005, preocupado com esta situação, dispôs que

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, **visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.** (Destaques nossos.)

2.2.3.1 Breve Conceito de Harmonização e Padronização

O dicionário online de português⁸ expõe uma seguinte definição para Padronização:

⁸ <http://www.dicio.com.br>

Ação ou efeito de padronizar; sistematização. Processo de formação de padrões sociais; standardização. Indústria Uniformização dos tipos de fabricação em série, pela adoção de um único modelo.

Já harmonização, a citada fonte diz o seguinte:

Ação ou efeito de harmonizar. Harmonizar: pôr em harmonia; tornar harmônico; conciliar. Harmonia: disposição bem ordenada entre as partes de um todo; proporção; ordem; simetria; acordo; conformidade.

Assim, padronização pressupõe um modelo preestabelecido a ser seguido, enquanto que harmonização igualaria a uma certa simetria entre determinantes. A harmonização contábil seria o processo pelo qual vários países, em comum acordo, realizam mudanças nos seus sistemas e normas contábeis, possibilitando a compatibilidade entre os mesmos, bem como respeitando as peculiaridades e características de cada localidade. Este processo emerge da identificação das linhas gerais no marco conceitual e na teoria geral da contabilidade destes países, que fundamentam suas normas contábeis.

Na concepção de Carvalho e Leme (2002, p. 43)

A dificuldade que a contabilidade tem em definir uma linguagem única de comunicação em nível mundial acaba sendo um empecilho inicial às empresas que, por vezes, sentem-se desestimuladas a recorrer a outros mercados, quando se deparam com as dificuldades em apresentar suas demonstrações financeiras sob outras normas.

Assim, a contabilidade tem que fornecer informações padronizadas e harmonizadas que sejam úteis para os usuários no sentido de suprir suas necessidades e conciliar distintas concepções.

Lopes (2002, p. 113), se posicionando a favor da padronização das normas internacionais, enfatiza que,

Os padrões oferecem regras úteis para nosso trabalho. Aumentam a qualidade da escrituração, tornam mais inteligíveis os relatórios, favorecem a comparabilidade e dissipam dúvidas [...]. Em um mundo protegido por padrões a contabilidade será contaminada por poucos escândalos.

No contexto atual em que a sociedade encontra-se inserida, os mercados estão trilhando para um padrão internacional de contabilidade, pois desta forma, facilitará aos investidores analisar o desempenho da companhia e compará-lo com seus pares.

Martins e Lisboa (2005, p. 01), afirmam que, “a contabilidade é uma ciência social aplicada que recebe as influências da cultura geral do país onde está inserida”. Igualmente, na concepção de Weffort (2005, p. 19), a contabilidade sofre influências da cultura do ambiente onde opera.

Assim, a contabilidade é moldada pelo ambiente no qual se encontra inserida. Da mesma forma que os países têm histórias, valores e sistemas políticos particulares, eles também têm distintos padrões de desenvolvimento da contabilidade financeira. Esta variedade resulta da variação dos ambientes de negócios ao redor do mundo e da sensibilidade presente na contabilidade.

Em relação a esta variação de ambientes, vários são os obstáculos para a harmonização contábil internacional, pois grandes são as divergências entre as práticas contábeis de diversos países, aliado aos distintos sistemas jurídicos. Outro fator é o de não reconhecer que diferentes países precisam de normas diferentes, de acordo com suas especificidades culturais, legais e econômicas. (MADEIRA, 2004, p.79).

As alterações na Lei 6.604/1976 inseriu o Brasil no mercado global e o aproximou para as normas internacionais de contabilidade, o que já vem acontecendo em muitos outros países. A nova Lei é um estímulo para o desenvolvimento do Brasil, garantindo uma maior transparência, comparabilidade e segurança à economia brasileira, o que também resulta no amadurecimento da economia de mercado do país. Essas alterações já estão impulsionando mudanças importantes nas práticas contábeis das empresas brasileiras, sendo uma garantia institucional de que o país concorda com as regras que a maior parte do mundo utiliza.

As consequências das mudanças vão além dos segmentos econômicos ligados à contabilidade. Permitem grau acentuado de transparência e segurança à economia brasileira. O resultado desse *upgrade* contábil está ligado ao amadurecimento da economia de mercado no país.

Por fim, convém ressaltar que o outro ponto importante da nova legislação é o incentivo à expansão do conceito de governança corporativa. Dessa forma a lei da sociedade anônima vem contribuindo para a melhoria do ambiente econômico, o que, por sua vez, funcionará como um combustível para o desenvolvimento contábil brasileiro.

2.3 ESTRUTURA DE CAPITAL

Sabe-se que a Estrutura de Capital resume a forma como uma empresa financia os seus ativos, o que instiga o contabilista a conhecer as diversas teorias existentes relacionadas ao assunto em questão.

À esta estrutura de capital, são dedicados estudos para identificar uma combinação ótima de dívida e patrimônio líquido, focando a minimização dos custos de financiamento e consequente maximização do valor da empresa.

Nesta perspectiva, a estrutura de capital é um tema que vem sendo debatido por diversos autores da área financeira. Pode-se encontrar duas teorias muito bem discorridas nos livros de estudiosos da área contábil, a saber: a corrente tradicionalista de Modigliani e Miller – MM, que propõe que a estrutura de capital é irrelevante para o valor da empresa; e a corrente convencional, de Durand, ano de 1952, que defende a existência de uma estrutura de capital ótima, a qual minimiza o custo de capital da empresa e maximiza o seu valor.

A estrutura de capital indica as proporções de financiamento com capital próprio e capital de terceiros de curto e de longo prazo.

2.3.1 Índice de Estrutura de Capital

Neste tópico é destacada a importância da Contabilidade Gerencial, que é parte da ciência contábil voltada para a análise e interpretação das demonstrações contábeis (BP, DRE, DOAR, DFC, etc), onde são estudados os demonstrativos contábeis da empresa, identificando o seu histórico numerário através de fórmulas e cálculos de índices e ainda interpretação dos mesmos, que tem por objetivo diagnosticar o desempenho das atividades empresariais, como: lucro, prejuízo, capital de giro, dependência financeira, etc.

A contabilidade se utiliza de vários índices para a realização da análise das Demonstrações Contábeis, mas cabe destacar aqui o Índice de Estrutura de Capital, que na concepção de Matarazzo (1998, p. 157) “[...] índices desse grupo mostram as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos”.

Pode-se dizer que a estrutura de capital de uma empresa é o resultado de como a mesma financia suas atividades, pois as empresas são constituídas de bens, direitos e obrigações, onde os bens e direitos constituem o seu ativo e as obrigações constituem o seu passivo. Para todo financiamento dentro da empresa existe uma origem de recurso, que pode

ser recurso próprio ou capital de terceiros e o índice de estrutura de capital revela o grau desse endividamento, pois a análise desse indicador revela como e em qual proporção a empresa vem financiando o seu ativo.

Os índices de estrutura de capital são bastante úteis em análise da estrutura de capital. Os índices são calculados relacionando-se as fontes de capitais entre si e com o Ativo Permanente. Indicam o grau de dependência da empresa com relação a capital de terceiros e o nível de imobilização do capital. Quanto menor o índice, melhor. (HOJI, 2004, p. 283).

Eles ainda permitem visualizar a estrutura financeira mostrando a política de obtenção e alocação de recursos da empresa, permitindo o estudo e análise do risco financeiro desta.

Iudícibus (2007, p. 94), assegura que

estes quocientes relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital com relação ao capital de terceiros. São quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa em relação ao capital de terceiros.

Através dos índices, pode-se analisar a situação financeira separadamente da situação econômica e, na conclusão, juntar essas duas análises que revelam a Estrutura, a Liquidez e a Rentabilidade da empresa. Nesse mesmo contexto, Hoji (2004, p. 280) afirma que, “a técnica de análise por meio de índices consiste em relacionar contas e grupos de contas para extrair conclusões sobre tendências e situações econômico-financeira da empresa”.

Conclui-se então que a Estrutura de Capital é determinada pelo composto de endividamento a curto ou longo prazo que uma empresa utiliza para financiar suas operações, enquanto que as decisões inadequadas de estrutura de capital podem resultar em um elevado custo de capital.

2.3.2 Teoria Tradicional

Encontram-se muitos debates e discussões em pesquisas financeiras que tratam de várias teorias para a estrutura de capital, mas as que mais se destacam são as de Modigliani e Miller e a de David Durand.

A Teoria Tradicional trata de uma estrutura ótima de capital e é defendida por David Duran. A abordagem tradicional defende uma interpretação convenientemente tradicional, diz que a mudança na estrutura de capital influencia o custo de capital e em consequência o valor da empresa, ou seja, esta teoria sustenta a hipótese de que a empresa pode obter um aumento em seu valor vindo a utilizar em maior grau os recursos de terceiros, assim ela obterá uma melhor estrutura de capital, o que permite maximização do valor da empresa.

Para Brealey e Myers (1992), a teoria tradicional dita a existência de uma estrutura de capital que produz a maximização do valor global da empresa por meio da redução de seu custo médio ponderado de capital, sendo este custo o resultado de um *mix* de recursos próprios e capital de terceiros.

Por fim, Brigham e Houston (1999, p. 449), afirmam que “a estrutura ótima de capital é o equilíbrio entre risco e retorno que maximiza o preço das ações de uma empresa”.

2.3.3 Teoria Convencional

Com base na obra Damodaran (2002), em 1958 contrários a proposição de Durand, Modigliani e Miller criaram um estudo sobre a irrelevância da estrutura de capital das empresas, o que resultou em um clássico na teoria de finanças. Suas contribuições tornaram-se conhecidas como a teoria de MM. Por ela, baseou-se no delineamento de três pressupostos básicos, que podem ser vistos em três proposições, assim explicadas:

- Proposição I: por ela, a proposição de capital de terceiros no que tange ao capital próprio utilizado por uma empresa é totalmente irrelevante para a configuração de seu valor de mercado. Dessa forma, o valor da empresa alavancada corresponde ao da empresa não alavancada;

- Proposição II: qualquer aumento na alavancagem financeira através de um maior endividamento, configura-se num maior risco aos acionistas da empresa e, por conta disso, numa majoração do custo do capital próprio;

- Proposição III: O custo marginal do capital para uma empresa corresponde ao custo médio de capital. Este é igual à taxa de capitalização para uma empresa não alavancada na classe à qual pertence.

Para Brealey e Myers (1992, p. 447) a estrutura de capital é irrelevante, pois “uma empresa não pode alterar o valor total dos títulos emitidos, através da simples divisão dos seus fluxos de tesouraria por diferentes correntes: o valor da empresa é determinado pelos seus ativos reais e não pelos títulos que emita” (BREALEY e MYERS, 1992, p. 447)

2.4 RELAÇÃO DA ESTRUTURA DE CAPITAL E AS NORMAS CONTÁBEIS

2.4.1 Alterações no BP – Passivo e Patrimônio Líquido (Estrutura de Capital)

A Lei n. 11.638/2007 através do seu Artigo 1º determina diversas alterações na estrutura do Balanço Patrimonial das empresas, e também a Lei 11.941/2009 veio trazendo outras modificações que alteram tanto a Lei n. 6.404/1976 como também a Lei 11.638/2007. No Quadro 1 são demonstradas essas alterações ocorridas no Balanço Patrimonial, sendo assim, as empresas terão de seguir essas alterações legislativas.

Quadro 1 - Comparação entre a Lei 6.404/76 e as Leis de nº 11.638/07 e nº 11.941/09

Lei 6.404/76	Lei 11.638/07 alterada pela Lei 11.941/09
ATIVO	ATIVO
CIRCULANTE REALIZÁVEL À LONGO PRAZO PERMANENTE <ul style="list-style-type: none"> • Investimento • Imobilizado • Diferido 	CIRCULANTE NÃO-CIRCULANTE <ul style="list-style-type: none"> • Realizável à longo prazo • Investimentos • Imobilizado • Intangível
PASSIVO	PASSIVO
CIRCULANTE EXIGÍVEL À LONGO PRAZO RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS PATRIMÔNIO LÍQUIDO <ul style="list-style-type: none"> • Capital Social • Reserva de Capital • Reserva de Reavaliação • Reserva de Lucro • Lucros Prejuízos Acumulados • (-) Ações em Tesouraria 	CIRCULANTE NÃO-CIRCULANTE <ul style="list-style-type: none"> • Exigível à longo prazo • Resultado não realizado PATRIMÔNIO LÍQUIDO <ul style="list-style-type: none"> • Capital Social • Reserva de Capital • Ajustes de Avaliação • Reserva de Lucro • (-) Ações em Tesouraria • (-) Prejuízos acumulados

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09.

O Art. 178 da Lei 11.638/07 delibera que:

§ 1º No Ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:
 I – ativo circulante; e

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Pode-se observar que a conta ativo permanente foi eliminada e seus componentes estão classificados dentro da conta ativo não-circulante. Outra conta eliminada foi o ativo diferido.

No grupo de contas do passivo também ocorreu alterações, ficando da seguinte forma, com base no artigo anterior:

§ 2 No Passivo as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I- passivo circulante,

II- passivo não-circulante, e

III- patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

Nota-se também que as contas passivo exigível à longo prazo e resultados dos exercícios futuros passam a fazer parte de um único grupo, a saber: passivo não-circulante. Ainda mais, no Patrimônio Líquido foram excluídas as contas reserva de reavaliação e Lucros e prejuízos acumulados.

3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa científica foi elaborado um estudo que analisa as consequências econômicas da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade – NIC quanto à estrutura de capital de empresas do ramo de imóveis. Foi analisado se houve alteração na estrutura de capital e evidenciado determinados aspectos da situação econômica ou financeira das empresas após a convergência das normas internacionais de contabilidade.

A presente pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, pois buscou identificar as alterações provocadas pelas NIC no reconhecimento de passivos e PL que influenciaram a estrutura de capital das empresas do Novo Mercado. Quanto à natureza das variáveis a serem levantadas, as mesmas podem ser classificadas como dados qualitativos e quantitativos, enquanto que a descrição das variáveis será definida de acordo com as alterações provocadas pelas NIC.

O trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica, pois é elaborada a partir de material já publicado. Segundo Martins e Theóphilo (2007), a pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema ou um problema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e busca conhecer e analisar contribuições científicas sobre determinado tema.

No procedimento de coleta de dados, utilizar-se-á da análise documental das demonstrações contábeis das empresas pertencentes no novo mercado, disponíveis na base de dados da econômica.

Foram analisados os relatórios contábeis das empresas administradoras de shopping, sendo elas a Aliance ON (ALSC3), BR Malls Par ON (BRML3), BR Properties ON (BRPR3) e Brasilagro ON (AGRO3), são empresas que atuam no ramo de imóveis listadas na BMF/Bovespa. Foram analisadas as contas do Passivo e do Patrimônio Líquido, através da elaboração de índices de participação de capital de terceiros e índices de composição de endividamento que foram calculados nas planilhas do Excel, também, foram feitas análises verticais e horizontais dessas contas e também foram elaboradas em planilhas do Excel.

Neste estudo foi elaborada uma análise horizontal anual, onde as variações são calculadas sempre de um período em relação ao período anterior. Já através da análise vertical o percentual de cada conta mostra sua real importância no conjunto, ou seja, mostra a relevância dos valores em relação ao seu total.

Foi analisado o índice de Participação de Capital de Terceiros – PCT, que indica o quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 100 de capital próprio. Foi analisado também o índice Composição de Endividamento – CE, que revela qual o percentual de obrigações à curto prazo em relação às obrigações totais da empresa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Empresa Aliansce ON (ALSC3)

A Tabela 2 apresenta as contas do passivo e do patrimônio líquido da empresa Aliansce ON (ALSC3), e foi utilizado como base para a elaboração das análises.

Tabela 2 - Demonstrativo de contas de 2006 a 2010

Ano 2006					
Ativo			Passivo		
	R\$	Valores		R\$	Valores
Circulante		5.000.000,00	Circulante		-
Real. à Longo Prazo		8.842.000,00	Exíg. à Longo Prazo		184.672.000,00
Permanente		202.440.000,00	Patrimônio Líquido		26.615.000,00
Total do Ativo		211.287.000,00	Total do Passivo		211.287.000,00
Ano 2007					
Ativo			Passivo		
	R\$	Valores		R\$	Valores
Circulante		35.204.000,00	Circulante		40.276.000,00
Real. à Longo Prazo		66.637.000,00	Exíg. à Longo Prazo		60.000.000,00
Permanente		554.797.000,00	Patrimônio Líquido		556.362.000,00
Total do Ativo		656.638.000,00	Total do Passivo		656.638.000,00
Ano 2008					
Ativo			Passivo		
	R\$	Valores		R\$	Valores
Circulante		24.379.000,00	Circulante		100.361.000,00
Real. à Longo Prazo		203.412.000,00	Exíg. à Longo Prazo		138.140.000,00
Permanente		630.862.000,00	Patrimônio Líquido		620.152.000,00
Total do Ativo		858.653.000,00	Total do Passivo		858.653.000,00
Ano 2009					
Ativo			Passivo		
	R\$	Valores		R\$	Valores
Circulante		68.381.000,00	Circulante		50.482.000,00
Real. à Longo Prazo		155.396.000,00	Exíg. à Longo Prazo		286.628.000,00
Permanente		685.177.000,00	Patrimônio Líquido		571.844.000,00
Total do Ativo		908.954.000,00	Total do Passivo		908.954.000,00
Ano 2010					
Ativo			Passivo		
	R\$	Valores		R\$	Valores
Circulante		278.797.000,00	Circulante		65.339.000,00
Real. à Longo Prazo		351.376.000,00	Exíg. à Longo Prazo		297.024.000,00
Permanente		898.090.000,00	Patrimônio Líquido		1.165.900.000,00
Total do Ativo		1.528.263.000,00	Total do Passivo		1.528.263.000,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Na análise da figura 1 nota-se que do ano de 2006 a 2010 a empresa manteve grandes índices de participação de capital de terceiros como fonte de seus recursos. Assim, pode-se dizer que o PL não foi a única fonte para os projetos e investimentos da empresa ela também buscou uma grande participação de capital de terceiros, refletindo em endividamentos a curto e longo prazo.

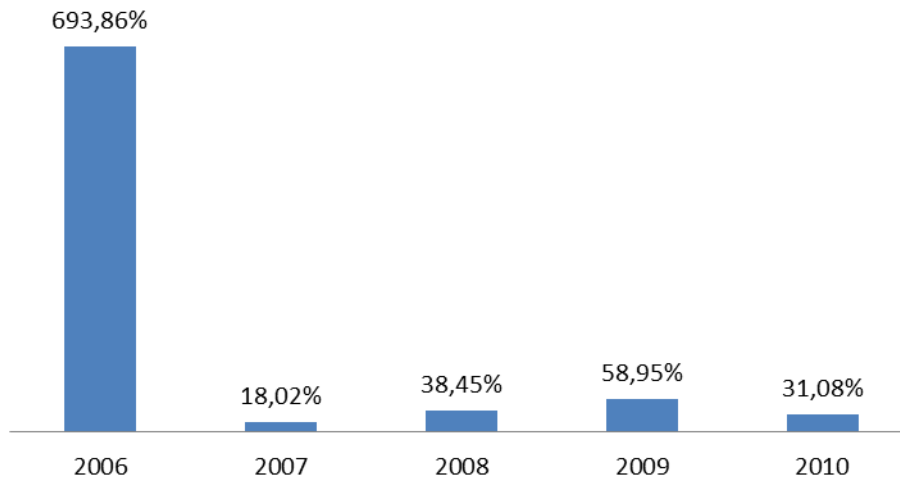


Figura 1: Índice de Participação de capital de Terceiros da empresa Aliansce
Fonte: Dados da Pesquisa

Na figura 2, é demonstrado que a empresa Aliansce também obteve grandes índices de endividamento a curto prazo, principalmente nos anos de 2007 e 2008, nos anos de 2009 e 2010 o perfil da dívida teve uma melhora pois o índice diminuiu. O endividamento a curto prazo não é muito favorável para a empresa, pois o tempo é menor para que ela gere recursos pra saldar seus compromissos.

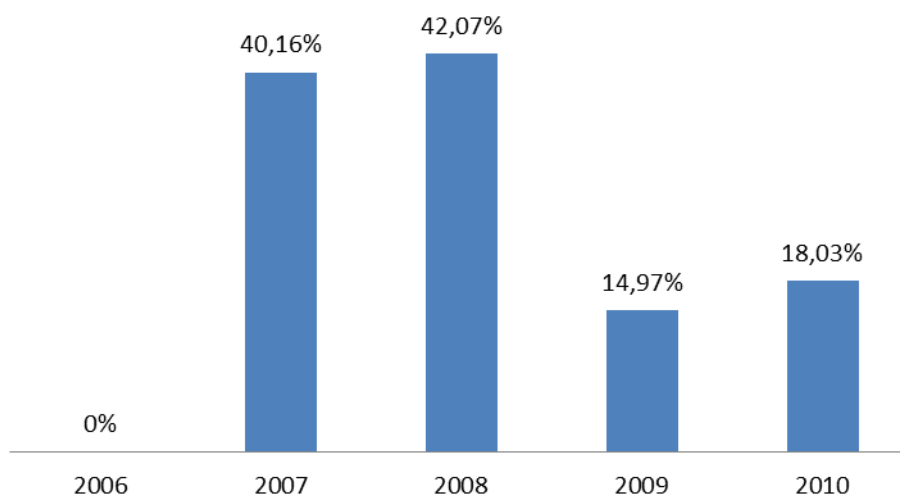


Figura 2: Índice de Composição de Endividamento da empresa Aliansce
Fonte: Dados da Pesquisa

Analisando a figura 3, a análise vertical demonstra que no ano de 2006 a empresa não obteve endividamentos a curto prazo porém buscou um grande endividamento a longo prazo conforme mostra a figura 4, já no ano de 2007 a conta do passivo circulante representou 6,13% do passivo total da empresa, no ano de 2008 a empresa aumentou seu passivo circulante obtendo o índice de 11,69%, no ano de 2009 representava 5,55% e no ano de 2010 representava 4,27%. do passivo total.

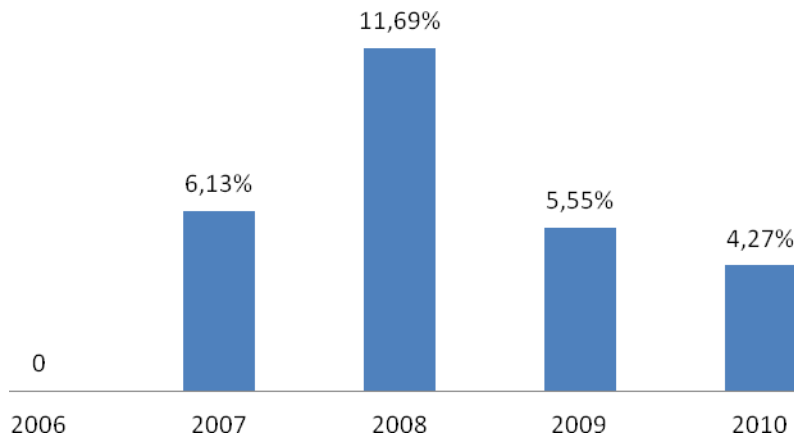


Figura 3 Análise Vertical da conta Passivo Circulante da empresa
Fonte: Dados da pesquisa

Com base na figura 4, pode-se dizer que a empresa obteve um grande endividamento a longo prazo, principalmente no ano de 2006 onde o passivo não circulante representou 87,40% da conta total do passivo, a empresa pode ter buscado esse maior endividamento a longo prazo para saldar dívidas que estão vencendo como também pode ter sido para aplicações no seu ativo, A empresa Aliansce buscou um *mix* de recursos próprios e capital de terceiros como fonte de seus recursos.

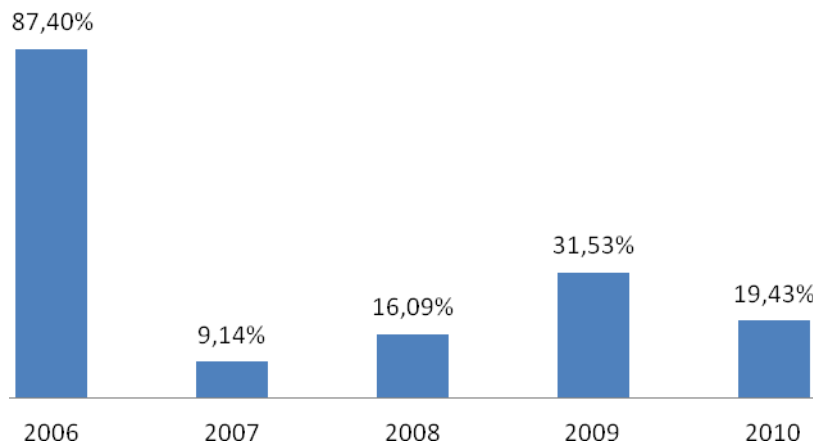


Figura 4 Análise Vertical da Conta Passivo não Circulante da empresa Aliansce
Fonte: Dados da pesquisa

A figura 5 mostra que no decorrer dos anos de 2007 a 2010 o PL teve uma grande participação no passivo total da empresa, no ano de 2006 o PL representava apenas 12,60% do passivo total, já no ano de 2010 o patrimônio líquido representava 76,29% do passivo total. De modo geral pode-se dizer que o PL também representou uma grande fonte de recursos para empresa.

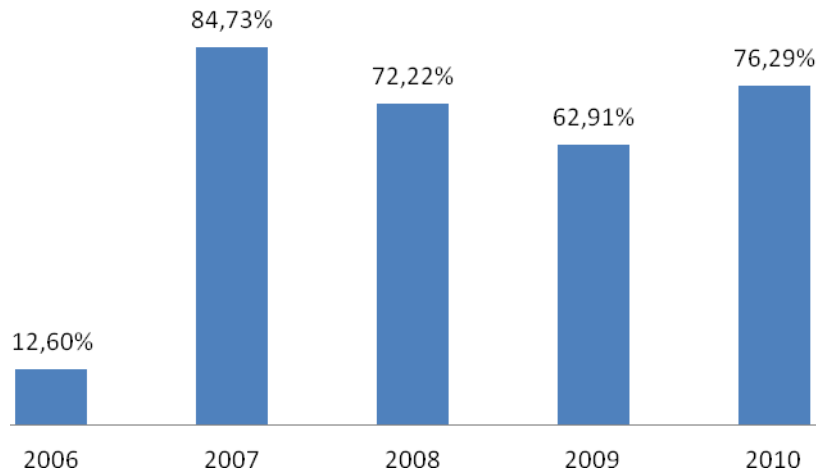


Figura 5 - Análise Vertical da conta Patrimônio Líquido da empresa Aliansce

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme demonstra a figura 6, a conta do passivo circulante obteve um elevado crescimento do ano de 2007 para 2008, esta elevação deveu-se principalmente ao crescimento do endividamento a curto prazo, já do ano de 2008 para 2009 o passivo circulante teve uma diminuição no seu valor, o que resultou em uma variação negativa de 50,30%, e do ano de 2009 para 2010 houve um aumento na conta e uma variação de 129,43%.

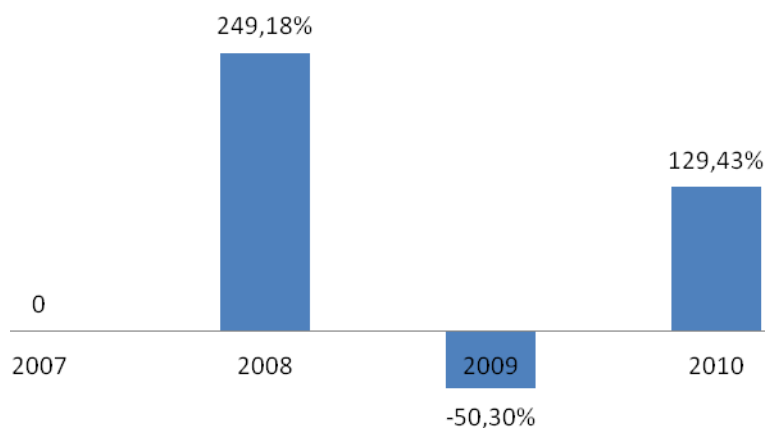


Figura 6 - Análise Horizontal da conta Passivo Circulante da empresa Aliansce

Fonte: Dados da pesquisa

Na figura 7, nota-se que do ano de 2006 para 2007 houve uma diminuição do valor da conta do passivo não circulante o que significou uma variação negativa de 32,49%, já do

ano de 2007 para 2008 a conta do passivo não circulante aumentou e obteve uma variação de 230,23%, e nos outros anos a conta obteve um contínuo crescimento.

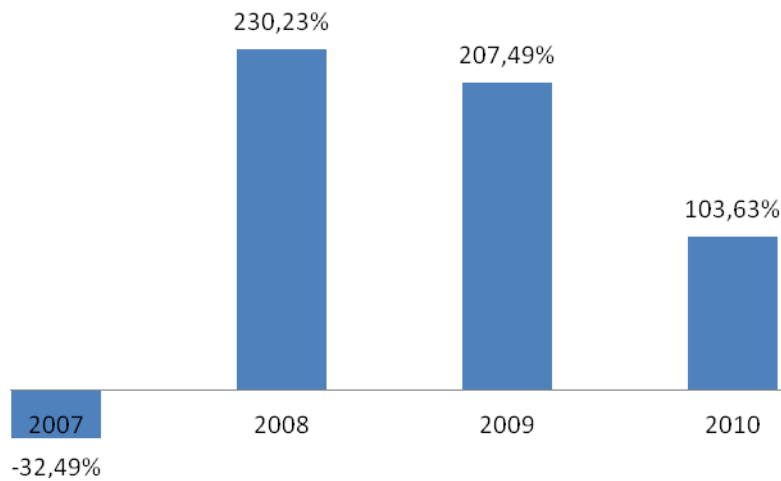


Figura 7 - Análise Horizontal da conta Passivo não Circulante da empresa Aliansce
Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se na figura 8 que a conta do PL apresenta uma grande variação. No ano de 2009 o PL apresentou uma diminuição no seu valor obtendo uma variação negativa de 92,21%, já no ano de 2010 houve um grande aumento do valor do PL.

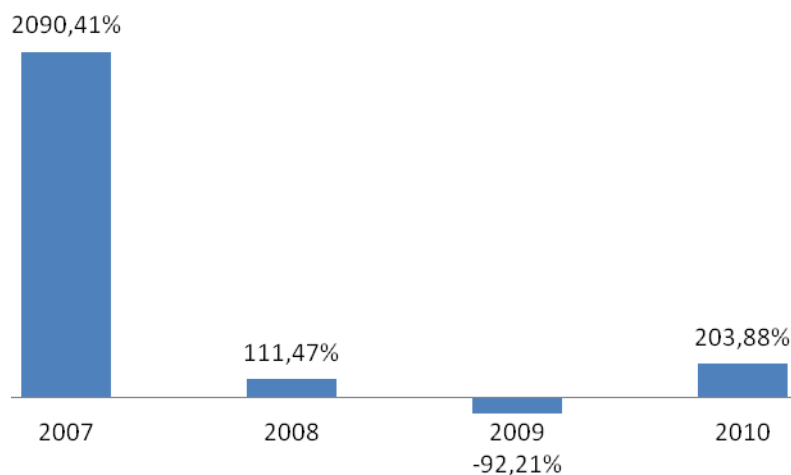


Figura 8 - Análise Horizontal da conta Patrimônio Líquido da empresa Aliansce
Fonte: Dados da pesquisa

4.2 Empresa BR Malls PAR ON (BRML3)

A Tabela 3 apresenta as contas do passivo e do patrimônio líquido dos anos de 2005 a 2010, da empresa BR Malls PAR ON (BRML3) do ramo de exploração de imóveis, essas

contas foram utilizadas como base para a elaboração das análises dos índices de participação de capital de terceiros e de composição de endividamento e também das análises verticais e horizontais.

Tabela 3 - Demonstrativo das contas de 2005 a 2010

Ano 2005			
Ativo	Valores	Passivo	Valores
Circulante	R\$ 1.000.000,00	Circulante	R\$ -
Real. à Longo Prazo	R\$ -	Exíg. à Longo Prazo	R\$ -
Permanente	R\$ 25.000.000,00	Patrimônio Líquido	R\$ 26.000.000,00
Total do Ativo	R\$ 26.000.000,00	Total do Passivo	R\$ 26.000.000,00
Ano 2006			
Ativo	Valores	Passivo	Valores
Circulante	R\$ 1.238.000,00	Circulante	R\$ 667.000,00
Real. à Longo Prazo	R\$ -	Exíg. à Longo Prazo	R\$ -
Permanente	R\$ 516.807.000,00	Patrimônio Líquido	R\$ 517.378.000,00
Total do Ativo	R\$ 518.045.000,00	Total do Passivo	R\$ 518.045.000,00
ano 2007			
Ativo	Valores	Passivo	Valores
Circulante	R\$ 232.089.000,00	Circulante	R\$ 29.299.000,00
Real. à Longo Prazo	R\$ 774.039.000,00	Exíg. à Longo Prazo	R\$ 320.000.000,00
Permanente	R\$ 1.112.563.000,00	Patrimônio Líquido	R\$ 1.769.392.000,00
Total do Ativo	R\$ 2.118.691.000,00	Total do Passivo	R\$ 2.118.691.000,00
Ano 2008			
Ativo	Valores	Passivo	Valores
Circulante	R\$ 686.669.000,00	Circulante	R\$ 32.351.000,00
Real. à Longo Prazo	R\$ 86.711.000,00	Exíg. à Longo Prazo	R\$ 777.717.000,00
Permanente	R\$ 1.782.583.000,00	Patrimônio Líquido	R\$ 1.745.895.000,00
Total do Ativo	R\$ 2.555.963.000,00	Total do Passivo	R\$ 2.555.963.000,00
Ano 2009			
Ativo	Valores	Passivo	Valores
Circulante	R\$ 767.567.000,00	Circulante	R\$ 77.026.000,00
Real. à Longo Prazo	R\$ 326.999.000,00	Exíg. à Longo Prazo	R\$ 757.184.000,00
Permanente	R\$ 4.748.520.000,00	Patrimônio Líquido	R\$ 5.008.876.000,00
Total do Ativo	R\$ 5.843.086.000,00	Total do Passivo	R\$ 5.843.086.000,00
Ano 2010			
Ativo	Valores	Passivo	Valores
Circulante	R\$ 140.463.000,00	Circulante	R\$ 121.612.000,00
Real. à Longo Prazo	R\$ 170.972.000,00	Exíg. à Longo Prazo	R\$ 711.815.000,00
Permanente	R\$ 6.015.035.000,00	Patrimônio Líquido	R\$ 5.493.043.000,00
Total do Ativo	R\$ 6.326.470.000,00	Total do Passivo	R\$ 6.326.470.000,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Observando a figura 9, nota-se que a empresa vem apresentando um considerável índice de PCT principalmente no ano de 2008. De 2009 para 2010 houve uma diminuição

desse índice e conforme a figura 13 um aumento do PL da empresa, o que é um bom resultado, pois mesmo recorrendo ao capital de terceiros a empresa vem equilibrando suas dívidas e a sua conta do PL teve um bom crescimento de sua participação no passivo total da empresa.

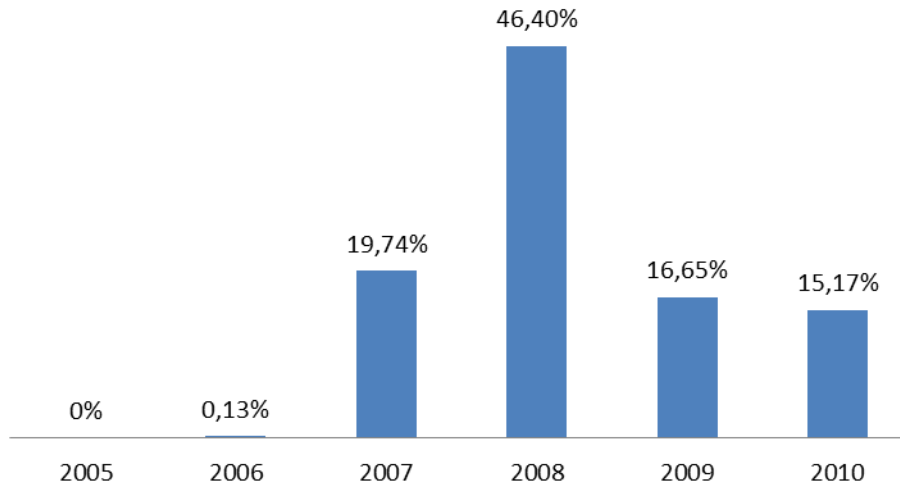


Figura 9 - Análise Índice de Participação de Capital de Terceiros da empresa BR Malls

Fonte: Dados da Pesquisa

Na figura 10 nota-se que a empresa BR Malls também recorreu ao endividamento a curto prazo. No decorrer de 2006 a 2010 esse endividamento aumentou chegando a 14,59% no ano de 2010, o que significa que o perfil da dívida piorou no decorrer desses anos o que não significa um bom resultado para a empresa, pois propicia menor tempo para a mesma gerar recursos que saldarão os compromissos.

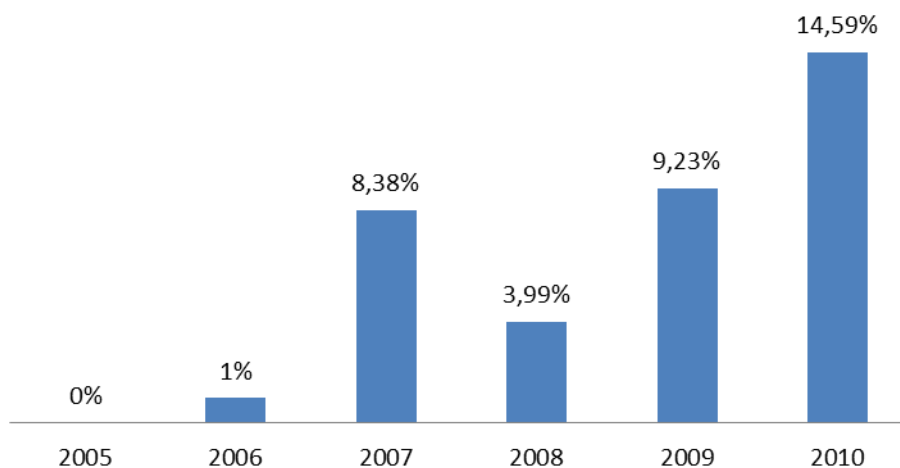


Figura 10 - Análise de Composição de Endividamento da empresa BR Malls Par

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme nota-se na figura 11, o ano de 2006 teve a conta do passivo circulante representando apenas 0,13% do passivo total, e no ano de 2010 obteve 1,92%, a empresa

buscou um endividamento a curto prazo, mas conforme se nota na figura 12, seu maior endividamento foi a longo prazo.

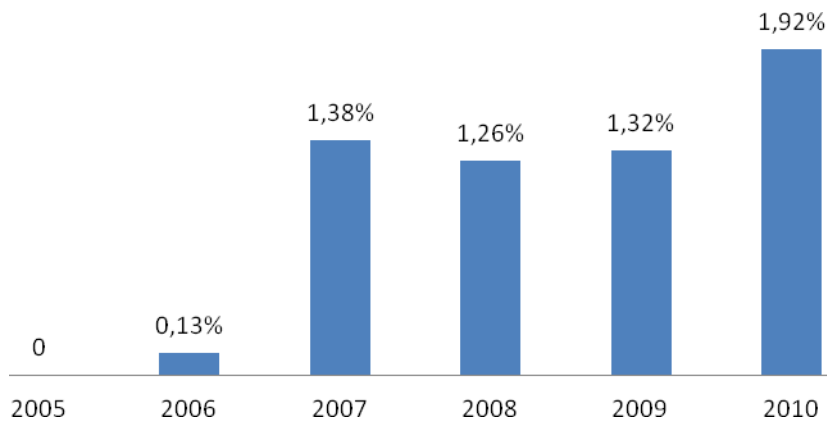


Figura 11 - Análise Vertical da conta Passivo Circulante da empresa BR Malls Par

Fonte: Dados da pesquisa

A figura 12 apresenta um grande endividamento a longo prazo de 2007 a 2010, mas de 2009 para 2010 o perfil da dívida melhorou havendo uma diminuição desse percentual, a empresa buscou um maior endividamento a longo prazo, assim ela terá mais tempo para gerar recursos que saldarão esses compromissos, e tem de analisar seu desempenho para que não venha manter um alto índice a longo prazo porque isso viria a causar uma dependência exagerada de capital de terceiros. De modo geral a empresa BR Malls vem mantendo um *mix* de recursos próprio e capital de terceiros como fonte de seus recursos.

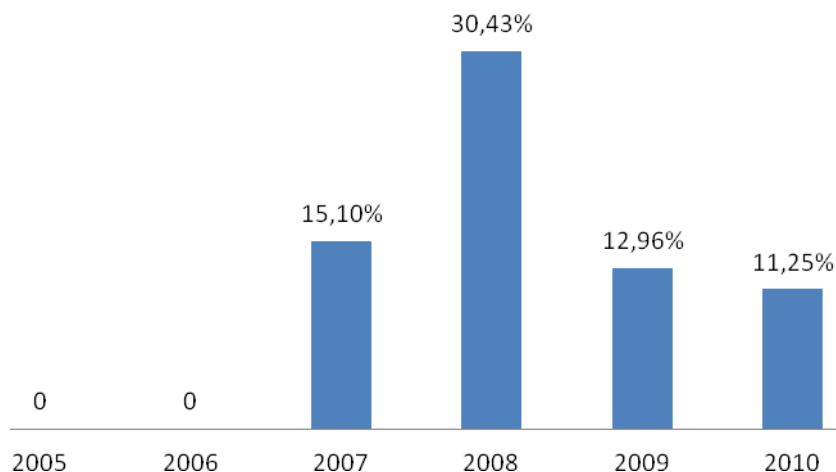


Figura 112 - Análise Vertical da conta Passivo não Circulante da empresa BR Malls Par

Fonte: Dados da pesquisa

A figura 13 apresenta um bom desempenho do PL da empresa, no ano de 2005 a empresa possuía 100% na participação do passivo total, já no ano de 2010 representou 86,83% do passivo total da empresa. De modo geral, a empresa recorreu a dívidas de curto e

longo prazo, mas também teve o patrimônio líquido como uma grande fonte de seus recursos. Pode-se dizer que utilizar-se exclusivamente do capital próprio não é interessante, pois o custo do capital próprio é significativo, então se a empresa optar pela utilização de capital de terceiros, desde que este promova um retorno adequado é uma boa escolha.

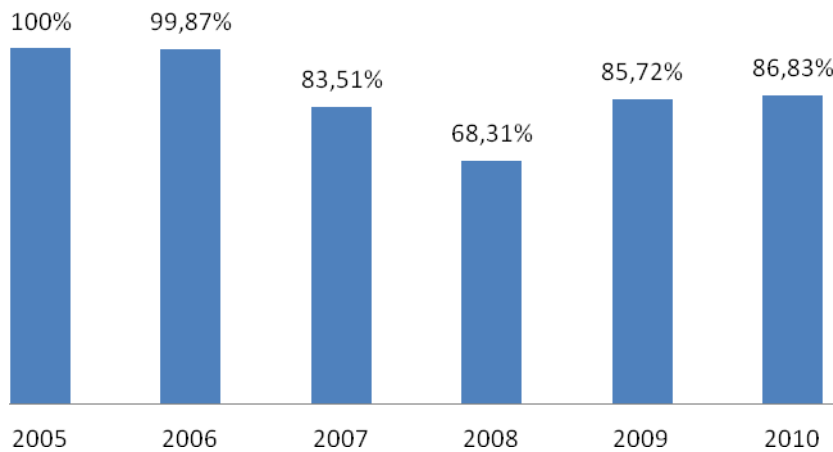


Figura 13 - Análise Vertical da conta Patrimônio Líquido da empresa BR Malls Par
Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a figura 14, a conta do passivo circulante obteve crescimento de 2006 para 2007 com uma variação de 4392,65%. No decorrer dos anos de 2006 a 2010 a empresa apresentou crescimento em sua conta do passivo circulante.

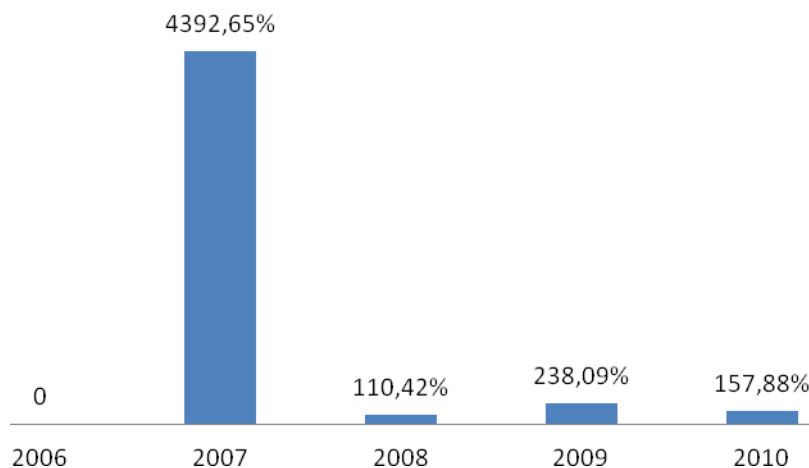


Figura 14 - Análise Horizontal da conta Passivo Circulante da empresa BR Malls Par
Fonte: Dados da pesquisa

Na figura 15, nota-se que do ano de 2007 para 2008 o valor da conta do passivo não circulante aumentou e teve uma variação de 243,04%, já de 2008 para 2009 houve uma diminuição desse valor resultando em uma variação negativa de 97,36% e do ano de 2009 para 2010 uma variação também negativa de 94,01%. O ano de 2008 foi o qual a empresa mais recorreu a dívidas a longo prazo.

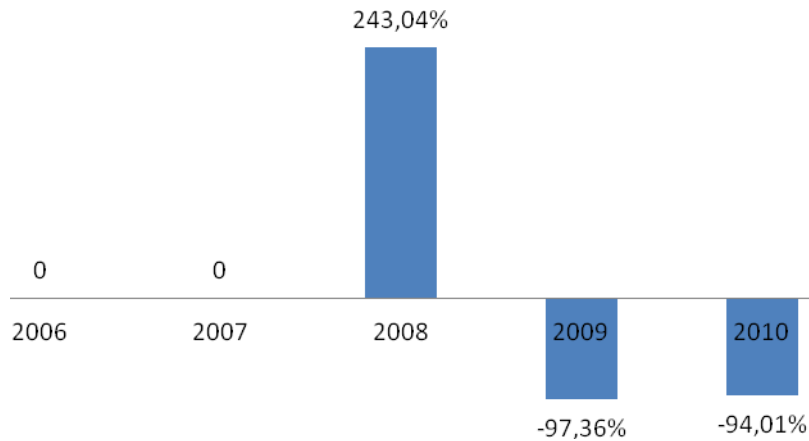


Figura 155 - Análise Horizontal da conta Passivo não Circulante da empresa BR Malls Par
Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se na figura 16, que no decorrer de 2006 a 2010 o PL obteve um bom crescimento, somente no ano de 2008 que ocorreu uma diminuição no seu valor, com uma variação negativa de 98,67%. De modo geral, pode-se dizer que a empresa recorreu a dívidas de curto e longo prazo, mas também teve o seu patrimônio líquido como uma grande fonte de seus recursos.

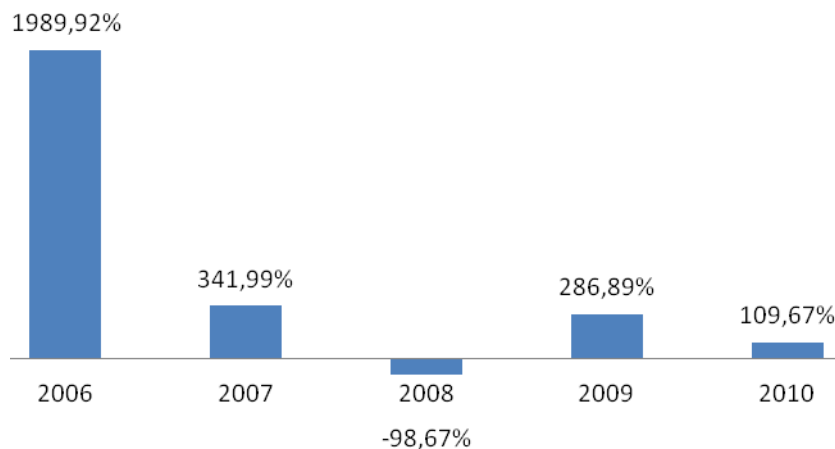


Figura 16 - Análise Horizontal da conta Patrimônio Líquido da empresa BR Malls Par
Fonte: Dados da pesquisa

4.3 Empresa BR Properties ON (BRPR3)

A Tabela 4 apresenta as contas do passivo e do PL, da empresa BR Properties ON (BRPR3), é utilizada como base para a elaboração das análises dos índices de Participação de

capital de terceiros e de Composição de endividamento e também para a elaboração das análises verticais e horizontais.

Tabela 4 - Demonstrativo das contas de 2006 a 2010

Ano 2006					
Ativo		Valores	Passivo		Valores
Circulante	R\$	1.000.000,00	Circulante	R\$	6.000.000,00
Real. à Longo Prazo	R\$	-	Exíg. à Longo Prazo	R\$	-
Permanente	R\$	68.000.000,00	Patrimônio Líquido	R\$	63.000.000,00
Total do Ativo	R\$	69.000.000,00	Total do Passivo	R\$	69.000.000,00
Ano 2007					
Ativo		Valores	Passivo		Valores
Circulante	R\$	278.779.000,00	Circulante	R\$	4.604.000,00
Real. à Longo Prazo	R\$	-	Exíg. à Longo Prazo	R\$	-
Permanente	R\$	412.563.000,00	Patrimônio Líquido	R\$	686.738.000,00
Total do Ativo	R\$	691.342.000,00	Total do Passivo	R\$	691.342.000,00
Ano 2008					
Ativo		Valores	Passivo		Valores
Circulante	R\$	104.773.000,00	Circulante	R\$	6.601.000,00
Real. à Longo Prazo	R\$	-	Exíg. à Longo Prazo	R\$	669.000,00
Permanente	R\$	589.659.000,00	Patrimônio Líquido	R\$	687.162.000,00
Total do Ativo	R\$	694.432.000,00	Total do Passivo	R\$	694.432.000,00
Ano 2009					
Ativo		Valores	Passivo		Valores
Circulante	R\$	158.257.000,00	Circulante	R\$	38.971.000,00
Real. à Longo Prazo	R\$	-	Exíg. à Longo Prazo	R\$	-
Permanente	R\$	811.133.000,00	Patrimônio Líquido	R\$	930.419.000,00
Total do Ativo	R\$	969.390.000,00	Total do Passivo	R\$	969.390.000,00
Ano 2010					
Ativo		Valores	Passivo		Valores
Circulante	R\$	105.739.000,00	Circulante	R\$	183.600.000,00
Real. à Longo Prazo	R\$	-	Exíg. à Longo Prazo	R\$	293.385.000,00
Permanente	R\$	3.080.716.000,00	Patrimônio Líquido	R\$	2.709.470.000,00
Total do Ativo	R\$	3.186.455.000,00	Total do Passivo	R\$	3.186.455.000,00

Fonte: Dados da Pesquisa

A figura 17 demonstra uma considerável PCT na empresa, principalmente nos anos de 2006 e 2010. Nota-se através desta figura que a empresa BR Properties recorreu ao capital de terceiros como fonte de seus recursos, mas a maior fonte de seus recursos foi o seu patrimônio líquido, que de 2006 a 2010 apresentou uma grande participação no passivo total da empresa, não é interessante para a mesma utilizar-se somente de seu patrimônio líquido, pois o uso do capital próprio apresenta um grande custo para a empresa.

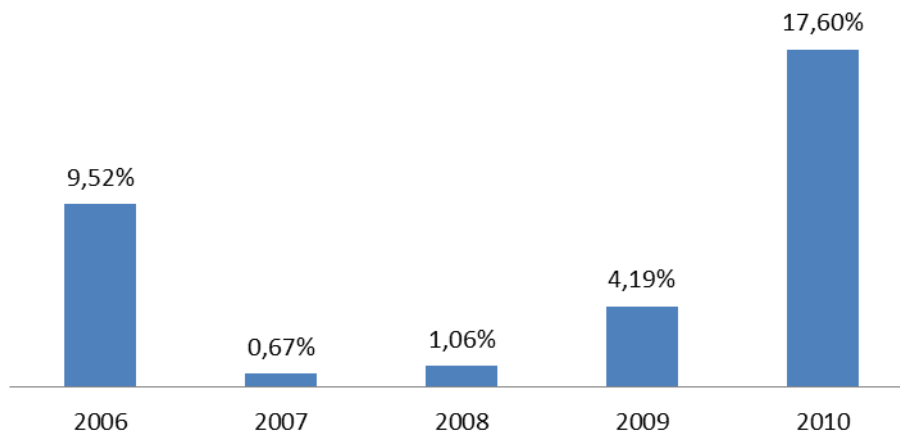


Figura 17 - Índice de Participação de Capital de Terceiros da empresa BR Properties
Fonte: Dados da Pesquisa

É demonstrado na figura 18, que do ano de 2007 para 2008 o perfil da dívida piorou, pois no ano de 2007 as dívidas de curto prazo representavam apenas 1% do endividamento total da empresa e no ano de 2008 passou para 90,79%, no ano de 2010 a empresa também adquiriu um grande endividamento a curto prazo. De modo geral, pode-se dizer que a empresa também recorreu ao capital de terceiros como fonte de seus recursos e seu maior endividamento foi a curto prazo, o que também pode ser notado nas figuras 19 e 20.

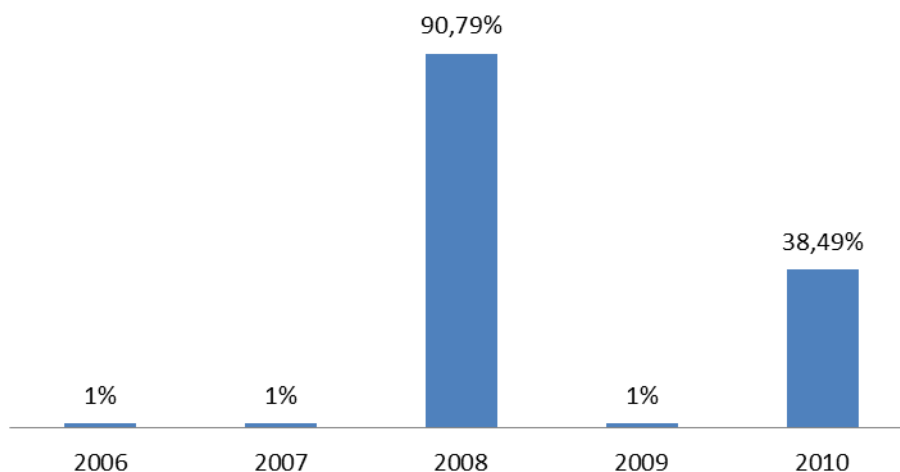


Figura 18 - Índice de Composição de Endividamento da Empresa BR Properties
Fonte: Dados da Pesquisa

A empresa BR Properties vem apresentando na figura 19 um considerável endividamento a curto prazo, nota-se que no ano de 2006 a conta passivo circulante representou 8,70% do passivo total da empresa, no ano de 2007 representou apenas 0,67%, no ano de 2008 representou 0,95%, no ano de 2009 representou 4,02% e no ano de 2010 representou 5,76%. Do ano de 2009 para 2010 o perfil da dívida a curto prazo piorou, pois apresentou o aumento desse índice. Dívidas a curto prazo corresponde a menos tempo para gerar recursos que venham a saldar esses compromissos.

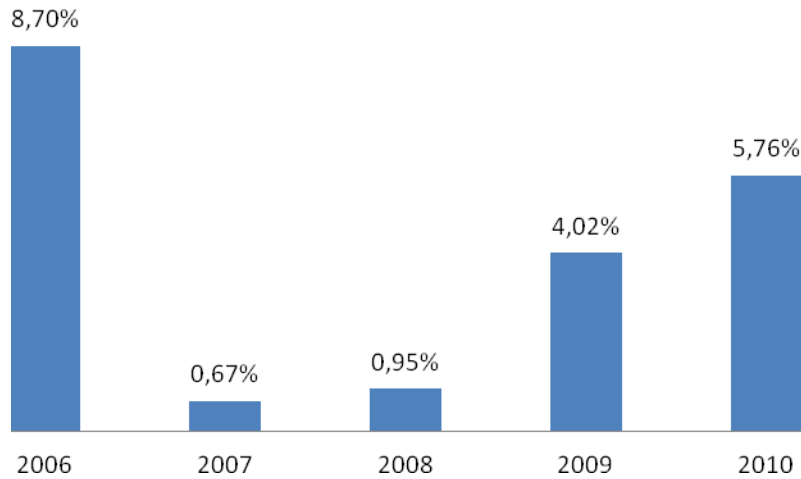


Figura 19 - Análise Vertical da conta Passivo Circulante da empresa BR Properties
Fonte: Dados da pesquisa

A figura 20 apresenta o endividamento a longo prazo da empresa, esse maior endividamento a foi no ano de 2010, o que significa que do ano de 2009 para 2010 o perfil da dívida a longo prazo piorou. A figura mostra que no ano de 2008 o passivo não circulante obteve 0,10% de representação no passivo total da empresa e no ano de 2010 sua representação foi de 9,21%.

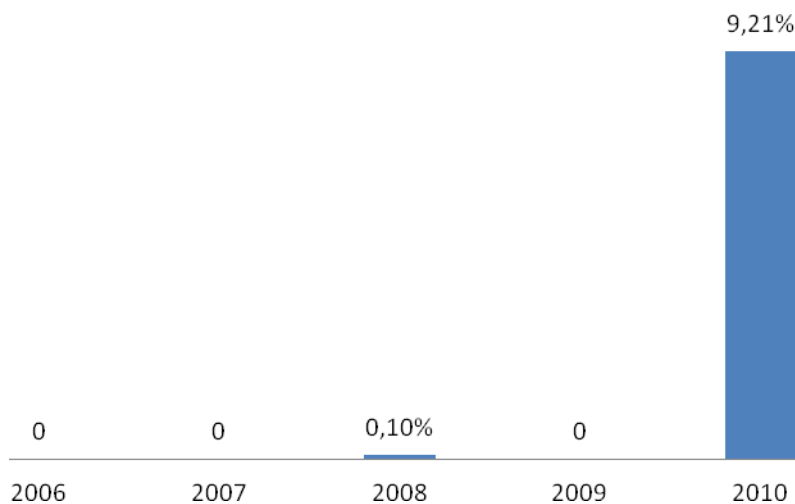


Figura 20 - Análise Vertical da conta Passivo não Circulante da empresa BR Properties
Fonte: Dados da pesquisa

Analisando de modo geral a figura 21, nota-se que a empresa possui uma grande participação do patrimônio líquido no passivo total da empresa.

No ano de 2006 o patrimônio líquido representou 91,30% do passivo total da empresa, no ano de 2007 representou 99,33%, no ano de 2008 representou 98,95, no ano de 2009 representou 95,98%, já no ano de 2010 o patrimônio líquido representou 85,03%. Analisando de modo geral, nota-se que a empresa adquiriu uma considerável participação de

capital de terceiros e seu maior endividamento foi a curto prazo, mas seu patrimônio líquido representou a sua maior fonte de para financiamento de seus projetos e investimentos.

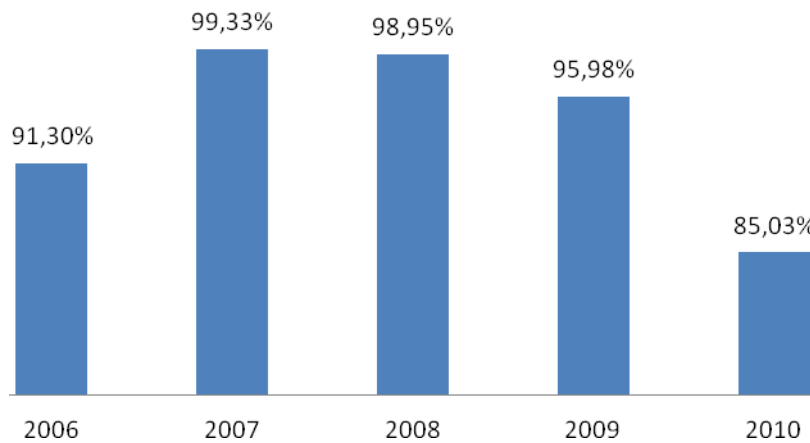


Figura 21 - Análise Vertical conta Patrimônio Líquido da empresa BR Properties

Fonte: Dados da pesquisa

Na análise da figura 22, vê-se que do ano de 2006 para 2007 houve uma diminuição no valor da conta do passivo circulante, resultando em uma variação negativa de 76,73%, já do ano de 2007 para 2008 houve um aumento no valor da conta, com uma variação de 143,38%, do ano de 2008 para 2009 houve uma variação de 590,38%, e do ano 2009 para 2010 ocorreu uma variação de 471,12%. Pode-se dizer que a empresa adquiriu uma considerável participação de capital de terceiros, e seu maior endividamento foi a curto prazo.

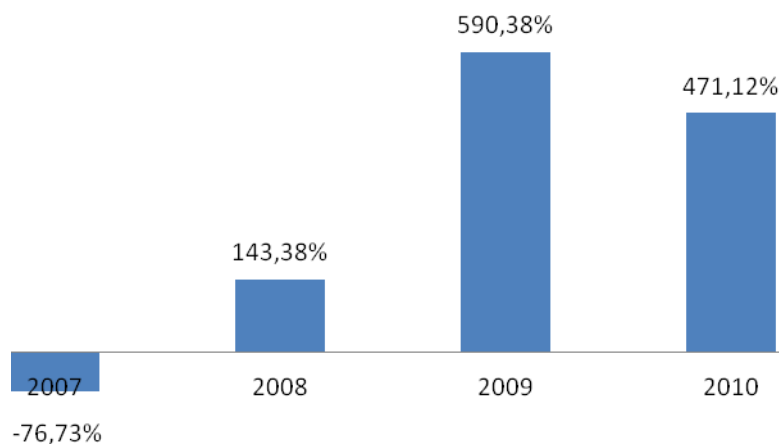


Figura 22 - Análise Horizontal da conta Passivo Circulante da empresa BR Properties

Fonte: Dados da pesquisa

Na figura 23 nota-se que a empresa apresentou uma grande participação do seu patrimônio líquido no passivo total da empresa, com isso o PL representou uma grande fonte de recursos. Do ano de 2006 para 2007 houve um aumento da conta do patrimônio líquido, resultando em uma variação de 1090,06%, já do ano de 2007 para 2008 houve uma variação

de 100,06%, do ano de 2008 para 2009 houve uma variação de 135,40%, e do ano de 2009 para 2010 houve uma variação de 291,21, o que demonstra que a conta do patrimônio líquido obteve um grande crescimento no decorrer dos anos de 2007 a 2010.

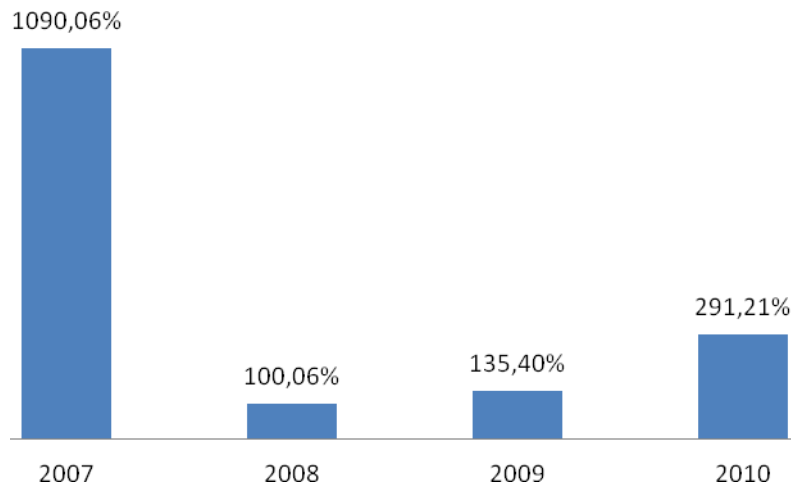


Figura 23 - Análise Horizontal da conta Patrimônio Líquido da empresa BR Properties

Fonte: Dados da pesquisa

4.4 Empresa Brasilagro ON (AGRO 3)

A tabela 5 apresenta as contas do passivo e do patrimônio líquido, referentes aos anos de 2007 a 2010, da empresa Brasilagro ON (AGRO 3), essa tabela foi utilizada como base para a elaboração das análises de participação de capital de terceiros e de composição de endividamento e também para a elaboração das análises verticais e horizontais.

Tabela 5 - Demonstrativo das contas de 2007 a 2010

Ano 2007							
Ativo		Valores		Passivo		Valores	
Circulante	R\$	381.342.000,00		Circulante	R\$	7.920.000,00	
Real. à Longo Prazo	R\$	9.000,00		Exíg. à Longo Prazo	R\$	2.728.000,00	
Permanente	R\$	204.087.000,00		Patrimônio Líquido	R\$	574.790.000,00	
Total do Ativo	R\$	585.438.000,00		Total do Passivo	R\$	585.438.000,00	
Ano 2008							
Ativo		Valores		Passivo		Valores	
Circulante	R\$	382.978.000,00		Circulante	R\$	22.454.000,00	
Real. à Longo Prazo	R\$	5.390.000,00		Exíg. à Longo Prazo	R\$	11.467.000,00	
Permanente	R\$	233.406.000,00		Patrimônio Líquido	R\$	587.853.000,00	
Total do Ativo	R\$	621.774.000,00		Total do Passivo	R\$	621.774.000,00	
Ano 2009							
Ativo		Valores		Passivo		Valores	
Circulante	R\$	298.663.000,00		Circulante	R\$	36.332.000,00	
Real. à Longo Prazo	R\$	15.566.000,00		Exíg. à Longo Prazo	R\$	23.311.000,00	
Permanente	R\$	322.166.000,00		Patrimônio Líquido	R\$	576.752.000,00	
Total do Ativo	R\$	636.395.000,00		Total do Passivo	R\$	636.395.000,00	
Ano 2010							
Ativo		Valores		Passivo		Valores	
Circulante		237.997.000,00		Circulante		47.093.000,00	
Real. à Longo Prazo		50.798.000,00		Exíg. à Longo Prazo		49.720.000,00	
Permanente		368.936.000,00		Patrimônio Líquido		560.918.000,00	
Total do Ativo		657.731.000,00		Total do Passivo		657.731.000,00	

Fonte: Dados da Pesquisa

Na figura 24, demonstra que a participação do capital de terceiros na empresa Brasílagro, aumentou no decorrer dos anos de 2007 a 2010 e pode-se dizer, que a empresa vem obtendo uma dependência de recursos de terceiros de forma exagerada, o que também é demonstrado nas figuras 26 e 27. Se a porcentagem que indica a participação de capital de terceiros se mantiver elevada em longo prazo, elevará demasiadamente as despesas financeiras, prejudicando a rentabilidade da empresa, quanto maior a relação Capitais de Terceiros/PL menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência a esses terceiros. Por isso, pode-se dizer que quanto menor for a dependência de capital de terceiros, melhor será a liquidez da empresa e a sua capacidade de decisões, ou seja, menor o seu risco financeiro.

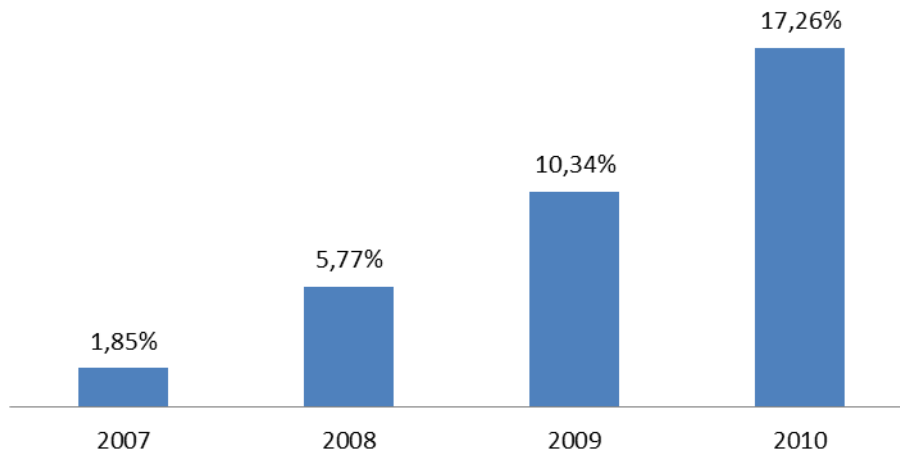


Figura 24 - Índice de Participação de Capital de Terceiros da empresa Brasilagro

Fonte: Dados da Pesquisa

Analisando a figura 25, vê-se que no decorrer dos anos de 2007 a 2010 a empresa Brasilagro apresentou um grande endividamento a curto prazo. Quanto maior o endividamento a curto prazo, menor é o tempo para gerar recursos para quitação desses compromissos.

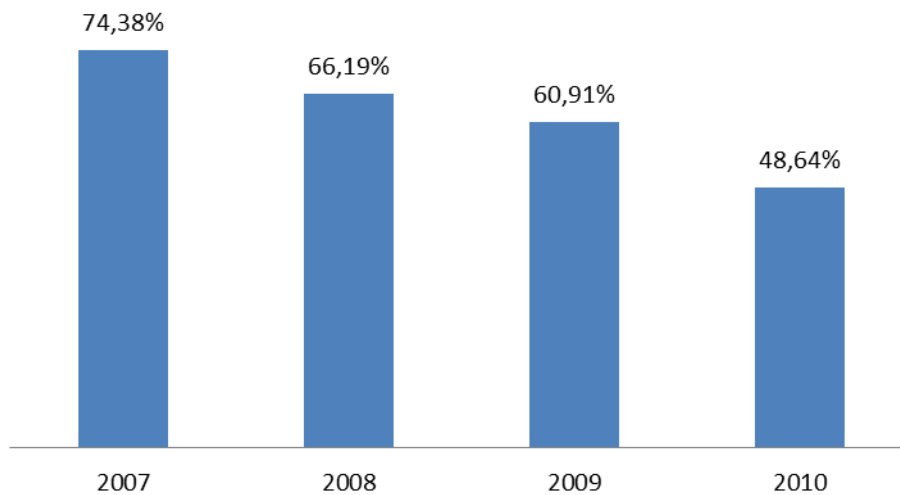


Figura 25 - Índice de Composição de Endividamento da empresa Brasilagro

Fonte: Dados da Pesquisa

Na figura 26, nota-se que a conta do passivo circulante foi crescendo sua participação no total de passivos a cada ano. No ano de 2007 a conta do passivo circulante possuía uma participação de 1,35%, no ano de 2008 houve uma participação de 3,61%, no ano de 2009 uma participação de 5,71 e no ano de 2010 uma participação de 7,16%, o que significa que no decorrer dos anos de 2007 a 2010 a empresa tem buscado uma maior participação de capital de terceiros tanto a curto como a longo prazo o que também é demonstrado na figura 27.

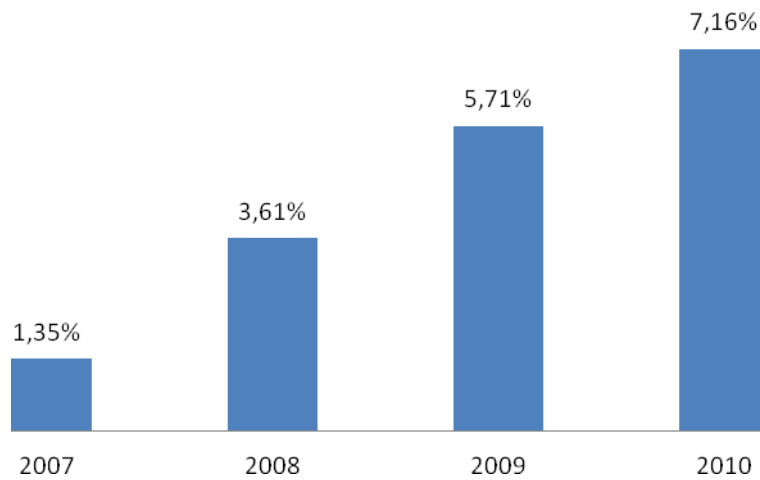


Figura 26 – Análise Vertical da conta Passivo Circulante da empresa Brasilagro
Fonte: Dados da pesquisa

A figura 27 apresenta um crescimento do endividamento a longo prazo no decorrer dos anos de 2007 a 2010, se a participação do capital de terceiros continuar crescendo dessa forma de forma significativa é um alerta de risco para a empresa.

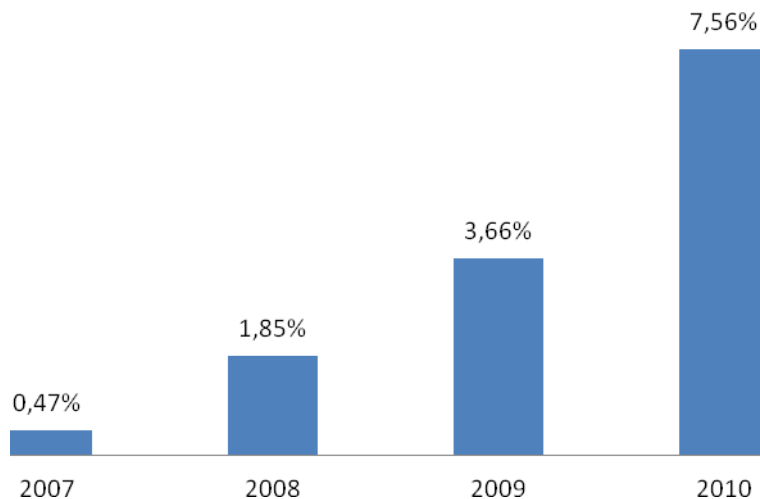


Figura 27 - Análise Vertical da conta Passivo não Circulante da empresa Brasilagro
Fonte: Dados da pesquisa

Na análise da figura 28, é possível notar que o PL obteve uma diminuição da sua participação no total de passivos da empresa. Conforme o que já foi analisado a empresa vem apresentando uma maior participação de capital de terceiros e uma grande diminuição do seu PL a cada ano, o que pode vir a causar uma dependência exagerada desses recursos.

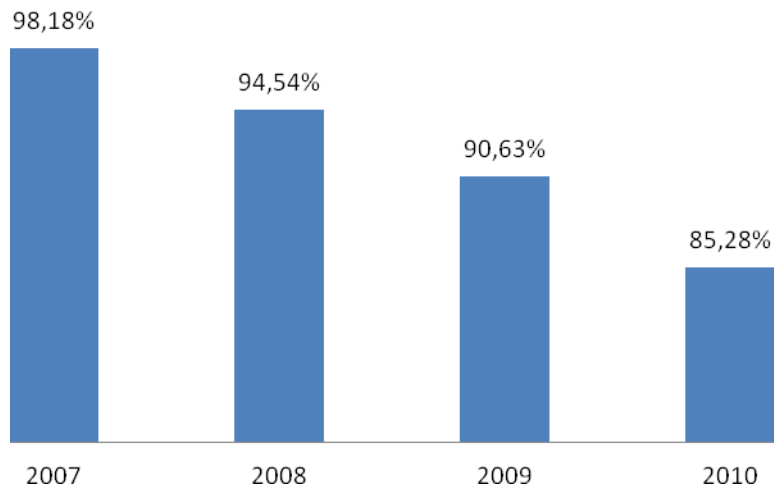


Figura 28 - Análise Vertical da conta Patrimônio líquido da empresa Brasilagro
Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a figura 29, nota-se que do ano de 2007 para 2008 houve um aumento na conta do passivo circulante resultando em uma variação de 283,51%, já do ano de 2008 para 2009 houve uma variação de 161,81% e do ano de 2009 para 2010 houve uma variação de 129,62%, o que demonstra que a conta do passivo circulante obteve um grande crescimento no decorrer dos anos de 2007 a 2010.

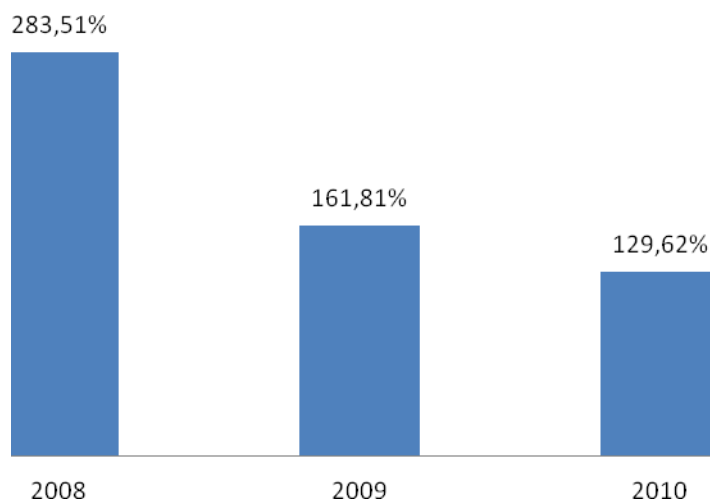


Figura 29 - Análise Horizontal da conta Passivo Circulante da empresa Brasilagro
Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se na figura 30, que a conta do passivo não circulante apresentou do ano de 2007 para 2008 uma variação de 420,34%, do ano de 2008 para 2009 uma variação de 203,29%, do ano de 2009 para 2010 uma variação de 213,29%, significando um maior endividamento a longo prazo.

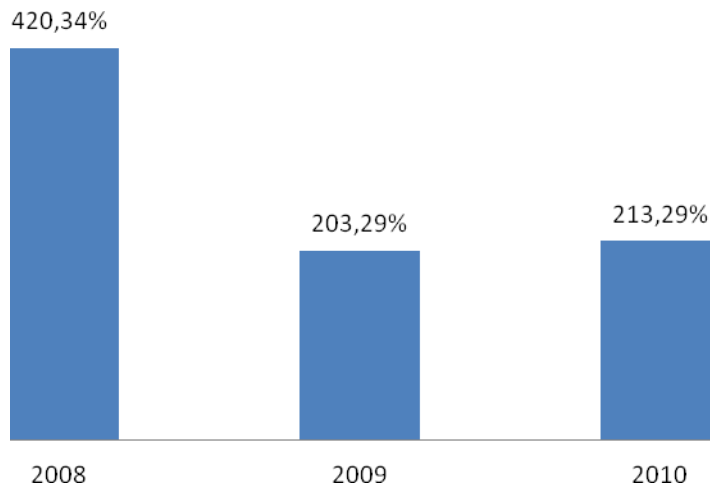


Figura 30 - Análise Horizontal da conta Passivo não Circulante da empresa Brasilagro
Fonte: Dados da pesquisa

Na análise da figura 31, vê-se que a variação da conta do patrimônio líquido do ano de 2007 para 2008 foi de 102,27%, já do ano de 2008 para 2009 houve uma diminuição no valor da conta do PL resultando em uma variação de 98,11% e do ano de 2009 para 2010 também houve uma diminuição com uma variação de 97,25%. De maneira geral pode-se dizer que a empresa vem recorrendo ao capital de terceiros e apresentado um grande crescimento em seu endividamento a curto e longo prazo o que apresenta risco para a empresa.

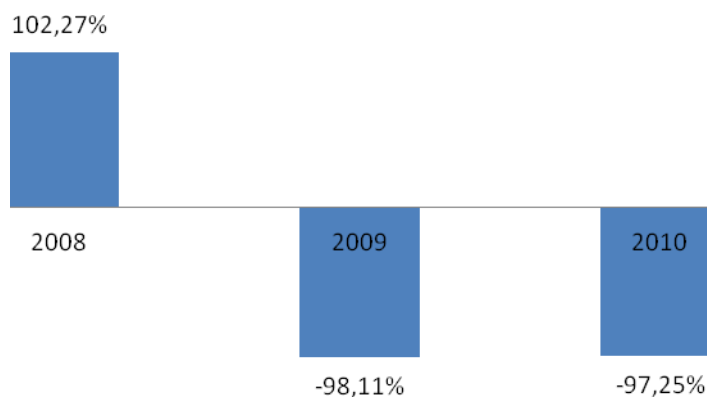


Figura 31 - Análise Horizontal da conta Patrimônio líquido da empresa Brasilagro
Fonte: Dados da pesquisa

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi de identificar as mudanças ocasionadas pelas Leis de nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009, que aproximaram o Brasil da convergência das normas brasileiras para as normas internacionais de contabilidade, na estrutura de capital das empresas do setor de exploração de imóveis atuantes do Novo Mercado, listadas na BMF/Bovespa, realizando a partir dos relatórios contábeis dessas empresas, uma análise horizontal e vertical, e também a análise dos índices Participação de Capital de Terceiros e de Composição de Endividamento dos anos de 2005 a 2010.

É visto que as alterações legislativas ditadas na Lei n. 6.404/1976 foram de extrema importância, considerando que o Brasil mantém relações de mercado com outros países e, tais reformas garantiram maior transparência, lisura e facilidade nas transações comerciais, principalmente em sua estrutura de balanço.

Esta pesquisa mostra que a contabilidade foi aprimorada quanto à realidade mundial. A harmonização das normas contábeis com os padrões internacionais resultou em destaque no âmbito mundial, pois incentivou os investimentos estrangeiros e a unificação das normas contábeis, facilitando assim o entendimento das informações divulgadas para usuários de todo o mundo e, de uma forma ou outra, resultou-se em um crescimento econômico.

Quanto às análises, começando pelo índice de Participação de Capital de Terceiros que também é conhecido como índice de grau de endividamento, este relaciona as duas grandes fontes de recursos da empresa, que são elas capital próprio e capital de terceiros. Este índice mostra o quanto a empresa adquiriu de capitais de terceiros para cada R\$100 de capital próprio, interpreta-se que quanto menor for o índice, melhor será para a empresa.

Ainda, o índice de composição de endividamento mostra da dívida total da empresa, o quanto a mesma deverá pagar em curto prazo, ou seja, indica as dívidas a curto prazo comparado-as com as dívidas totais. Interpreta-se que quanto menor for o índice, melhor será para a empresa. Pode-se dizer que o nível de endividamento é um ponto importante na avaliação da empresa.

A análise horizontal anual apresentou as variações analisadas sempre de um período para o outro mostrando os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendências. Já a análise vertical apresentou o percentual de cada conta mostrando sua real importância no conjunto.

De modo geral, concluindo as análises do passivo e do patrimônio líquido, a empresa Aliansce no decorrer dos anos de 2006 a 2010, apresentou um considerável endividamento a curto prazo e um maior endividamento a longo prazo, tendo assim, uma grande participação de capital de terceiros, o seu PL também representou uma grande fonte de recursos e o mesmo teve uma grande participação no passivo total da empresa. Dessa forma, conclui-se que a empresa Aliansce buscou um *mix* de recursos próprios e capital de terceiros como fonte de seus recursos, seguindo de certa forma a teoria tradicional, que é defendida por Durand.

A empresa BR Malls Par apresentou uma grande participação de capital de terceiros e seu maior endividamento foi a longo prazo, a sua maior fonte de recursos foi o seu PL que obteve uma grande participação no passivo total da empresa. Pode-se dizer, que utilizar-se exclusivamente do capital próprio não é interessante, pois o custo do capital próprio é significativo, então se a empresa optar pela utilização de capital de terceiros, desde que este promova um retorno adequado seria mais vantajoso.

A empresa BR Properties apresentou um endividamento a curto e longo prazo, mas o seu maior endividamento foi a curto prazo o que pode ser notado nas figuras 19 e 20, é evidente que quanto mais curto o prazo de vencimento da parcela, maior será o risco oferecido para a empresa, empresas com endividamento concentrado no longo prazo, principalmente decorrentes de investimentos efetuados, oferecem uma situação mais tranqüila no curto prazo, o que não seria o caso da BR, mas é preciso conhecer a estrutura geral da empresa principalmente a sua capacidade de geração de recurso. A empresa também teve seu PL como uma grande fonte de seus recursos. Dessa forma, nota-se que a empresa obteve por um *mix* de recursos próprios e capital de terceiros, dando ênfase a teoria tradicional.

A empresa Brasilagro apresentou no decorrer dos anos de 2007 a 2010 um elevado crescimento em suas contas do passivo e do passivo não circulante resultando em uma grande participação de capital de terceiros, seu maior endividamento foi a curto prazo o que não é necessariamente um fator negativo, mas a empresa deve conhecer a sua capacidade de geração de recursos. Houve de 2007 a 2010 uma diminuição no valor da conta do PL o que diminuiu sua participação no passivo total da empresa, observando de maneira geral, é visto a empresa vem buscando como fonte de seus recursos uma maior participação de capital de terceiros e quanto maior a relação Capitais de Terceiros/PL menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência a esses terceiros. Por isso, pode-se dizer que quanto menor for a dependência de capital de terceiros, melhor será a liquidez da empresa e a sua capacidade de decisões, ou seja, menor o seu risco financeiro.

Sabe-se que o endividamento é uma importante fonte de recursos para que a empresa tenha como manter e até mesmo ampliar suas operações, e em muitos casos o custo do capital

de terceiros são menores que o custo de capital próprio, mas se a empresa apresentar um alto índice de recursos de terceiros durante um extenso período significaria uma dependência exagerada desses recursos, ou melhor, um excessivo endividamento podendo resultar em falência.

Analisando de maneira geral, todas as empresas aderiram as alterações legislativas em suas demonstrações contábeis, essas alterações se tornaram obrigatórias no ano de 2010, assim o estudo foi realizado com apenas um ano de aplicação das alterações contábeis, o que não apresentou ainda mudanças relevantes e nem significativas dentro da estrutura de capital das empresas estudadas. Assim, os objetivos propostos no estudo foram todos realizados com êxito.

Como contribuição futura, a monografia apresentou todas as alterações legislativas que foram determinadas na Lei n. 6.404/1976 pelas Leis de n. 11.638/2007 e 11.941/2009, a pesquisa apresenta também o comportamento dessas empresas no que se refere a sua estrutura de capital após as alterações.

Como sugestão para pesquisas futuras, poderia ser realizada uma pesquisa no ano de 2014, analisando os impactos dessas alterações legislativas na estrutura de capital de empresas que atuam no segmento do novo mercado. Assim seriam mais anos como base de estudo para se tirar uma boa conclusão dos impactos na estrutura de capital.

Quanto as limitações do trabalho, foi ter somente o ano de 2010 como base das alterações para a realização das análises, e por ser um tema atual que ainda não possui muitos estudos acadêmicos relacionados.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Normas internacionais de Contabilidade – IFRS**. São Paulo: Atlas, 2006.

BEUREN, I. M.; BRANDÃO, J. F. **Demonstrações contábeis no Mercosul**. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm> Acesso em 22/08/2011.

_____. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre a alteração e revogação de dispositivos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em 18/06/2011.

_____. Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. **Dispõe sobre alterações à legislação tributária federal; e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm>. Acesso em 18/06/2011.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças Contábeis na Lei Societária – Lei 11.638 de 28/02/2007**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

BREALEY, Richard A.; MYERS, Stewart C. **Princípios de Finanças Empresariais**. 5ª. ed. Lisboa : McGraw-Hill, 1992.

BRIGHAM, E. F; HOUSTON, J. F. **Fundamentos da moderna administração financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CARVALHO, Luiz Nelson; LEMES, Sirlei. **Padrões Contábeis Internacionais do IASB: um estudo comparativo com as normas contábeis brasileiras e sua aplicação**. UNB Contábil. Vol. 6, n. 2. julho/2002. Brasília: UNB, 2002.

CARVALHO, L Nelson. **Apresentação**. in WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influência dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo: Atlas, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade**. Resolução nº 1.298 de 17 de setembro de 2010. Disponível em: < http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1298.doc>. Acesso em 31/08/2011.

_____. **Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade e revoga a Resolução nº 1.295, de 17 de setembro de 2010**. Resolução nº 1.328, de 18 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1328.htm>>. Acesso em 31/08/2011.

Dicionário. <http://www.dicio.com.br>

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23ª. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

HOJI, Massakazu. **Administração Financeira**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

INTERNACIONAL.<<http://www.iasplus.com/standard/standard.htm>> (Traduzido do inglês para o português).

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IFRS-1 – **First-time Adoption of International Financial Reporting Standards. 2003.** Disponível em: <<http://www.iasplus.com/standard/ifrs01.htm>>. Acesso em 18/05/2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 6ª. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2000.

_____, Sérgio de. **Análise de balanços.** 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação.** 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, Alexandro Broedel. **A informação contábil e o mercado de capitais.** São Paulo: Thomson, 2002.

MADEIRA, Geová José. **Harmonização de Normas Contábeis: um Estudo sobre as Divergências entre Normas Contábeis Internacionais e seus Reflexos na Contabilidade Brasileira.** Revista Brasileira de Contabilidade Novembro/Dezembro/2004.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis – Contabilidade Empresarial.** 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 14ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E; LISBOA, L. P. **Ética geral e profissional em contabilidade.** 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços.** 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ROSA, Paulo Moreira da. **A contabilidade no Mercosul.** São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade.** 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade internacional avançada.** 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional.** São Paulo: Atlas, 2005.